

**FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA – UNIR**

**CAMPUS DE CACOAL**

**CURSO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS**

**A ANTECIPAÇÃO DA TUTELA NO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL**

**CHARLES MICHEL RESSEL**

**CACOAL/RO  
2008**

**CHARLES MICHEL RESSEL**

**A ANTECIPAÇÃO DA TUTELA NO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL**

Monografia apresentada à Banca Examinadora da Fundação Universidade Federal de Rondônia, *Campus* de Cacoal, como exigência parcial para obtenção de grau de Bacharel em Ciências Jurídicas, sob a orientação da Professora Mestre Maria Priscila Soares Berro.

**CACOAL/RO  
2008**

---

RESSEL, C. M.

A Antecipação da Tutela no Juizado Especial Cível

Charles Michel Ressel – 2008

Vii, 58 f., enc.; 30 cm

Monografia – Fundação Universidade Federal de Rondônia – *Campus*  
de Cacoal, 2008.

Bibliografia: f. 72 – 75.

I – Título

---

## **PARECER DE ADMISSIBILIDADE DA PROFESSORA ORIENTADORA**

O acadêmico **CHARLES MICHEL RESSEL**, desenvolveu o Trabalho de Conclusão de Curso de Ciências Jurídicas, sobre o tema: **A ANTECIPAÇÃO DA TUTELA NO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL**, obedecendo aos critérios do Projeto de Monografia do Departamento de Direito da Fundação Universidade Federal de Rondônia – UNIR, *Campus* de Cacoal/RO.

O acompanhamento foi efetivo por esta Orientadora e o desenvolvimento do trabalho observou os prazos fixados pelo Departamento de Direito.

Assim, o Acadêmico está apto à apresentação expositiva de sua Monografia junto à Banca Examinadora.

Cacoal/RO, 07 de Março de 2008.

**Professora Mestre Maria Priscila Soares Berro**  
Orientadora

**CHARLES MICHEL RESSEL**

**A ANTECIPAÇÃO DA TUTELA NO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL**

**AVALIADORES**

_____ Professor(a) Avaliador(a) 1	-	_____ Nota
--------------------------------------	---	---------------

_____ Professor(a) Avaliador(a) 2	-	_____ Nota
--------------------------------------	---	---------------

_____ Professor(a) Avaliador(a) 3	-	_____ Nota
--------------------------------------	---	---------------

_____ Média Final
----------------------

*Dedico este trabalho aos meus Pais, exemplo de perseverança e moral.*

*Agradeço a Deus pela graça de estar concluindo o Curso de Ciências Jurídicas.*

*A minha esposa Rosiane e minhas filhas Beatriz e Mariana pelo apoio e compreensão.*

*Aos amigos e familiares que direta ou indiretamente interferiram na minha vida acadêmica.*

*A todos os Professores da UNIR, Campus de Cacoal.*

*E, especialmente, a Profª Priscila pelo tempo e apoio dispendido na orientação desse trabalho.*

*... do Estado de direito deduz-se a exigência de um  
procedimento justo e adequado de acesso ao direito  
e de realização do direito.*

José Joaquim Gomes Canotilho



## RESUMO

RESSEL, Charles Michel. A Antecipação da Tutela no Juizado Especial Cível, 65 folhas, Trabalho de Conclusão de Curso. Fundação Universidade Federal de Rondônia – *Campus* de Cacoal, 2008

O presente trabalho examina a possibilidade da concessão do instituto da antecipação da tutela em processos que tramitam no juizado especial cível. O estudo tem por base, principalmente, os escopos da jurisdição, a ideologia do juizado especial e a adequação destes aos objetivos da República. A fim de, ao final, verificar se a concessão da antecipação da tutela no juizado especial se coaduna com as garantias constitucionais do devido processo legal. Precipuamente, considerando-se a atual concepção de acesso à uma ordem jurídica justa.

**Palavras-chave:** Antecipação da Tutela. Juizado Especial Cível. Acesso à Justiça.

## **ABSTRACT**

RESSEL, Charles Michel. A Antecipação da Tutela no Juizado Especial Cível, 65 folhas, Trabalho de Conclusão de Curso. Fundação Universidade Federal de Rondônia - UNIR – *Campus* de Cacoal, 2008

The present paper examine the possibility of the grant of the anticipation of guardianship institute in process that are in the special civil courts. The study has based, manly, the jurisdiction's intent, the special courts ideology and the adequacy of these in the goals of the Republic. Demand in this work to check, whether the grant of the guardianship anticipation in the special courts and whether join or not with the constitutional guarantees of the legal process. Considering, the current design access in a fair legal.

**Key-words:** Anticipation Guardianship. Civil Special Courts. Justice Access.

## **DECLARAÇÃO DE AUTORIA**

Eu, CHARLES MICHEL RESSEL, acadêmico devidamente matriculado no 10º período do Curso de Direito da Universidade Federal de Rondônia – *campus* de Cacoal – DECLARO para todos os fins de direito que o trabalho monográfico intitulado **A ANTECIPAÇÃO DA TUTELA NO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL**, foi por mim desenvolvido.

Santa Luzia D'Oeste-RO, 07 Março de 2008.

**Charles Michel Ressel**

## **DECLARAÇÃO DE CORREÇÃO GRAMATICAL**

Declaro para todos os fins de direito que o trabalho monográfico desenvolvido pelo acadêmico **Charles Michel Ressel**, com o título **A Antecipação da Tutela no Juizado Especial Cível**, foi por mim revisado no tocante ao aspecto gramatical, sendo procedida as devidas correções.

Santa Luzia D'Oeste-RO, 03 de Março de 2008.

**Genivaldo Pereira Franco**

Licenciado em Letras com Habilitação em Língua Portuguesa  
pela Universidade Federal do Estado de Rondônia

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>13</b>
<b>2 DA ANTECIPAÇÃO DA TUTELA</b>	<b>15</b>
2.1 DA FUNÇÃO JURISDICIONAL .....	16
2.2 ESCOPOS DA JURISDIÇÃO .....	20
2.3 ESPÉCIES DE TUTELA JURISDICIONAL .....	22
2.3.1 Tutela de Conhecimento .....	25
2.3.2 Tutela Executiva .....	26
2.3.3 Tutela Cautelar .....	27
2.3.4 Tutelas Diferenciadas .....	28
2.4 DIFERENÇA ENTRE TUTELA URGENTE E TUTELA DEFINITIVA .....	29
2.5 BREVE DESCRIÇÃO DA EVOLUÇÃO DA ANTECIPAÇÃO DA TUTELA .....	31
2.6 CONCEITO DE ANTECIPAÇÃO DA TUTELA .....	33
2.7 REQUISITOS PARA CONCESSÃO DA ANTECIPAÇÃO DA TUTELA .....	35
2.8 ESCOPOS DA ANTECIPAÇÃO DA TUTELA .....	40
<b>3 DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL</b>	<b>44</b>
3.1 RESUMO HISTÓRICO .....	45
3.2 A IDEOLOGIA .....	47
3.3 DOS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS DO PROCESSO .....	48
3.3.1 Princípio da Isonomia .....	50
3.3.2 Princípio do Contraditório .....	52
3.3.3 Princípio do Acesso à Justiça .....	53
3.3.4 Princípio do Devido Processo Legal .....	56
3.3.5 Princípio do Duplo Grau de Jurisdição .....	57
3.3.6 Princípio da Tempestividade da Tutela Jurisdicional .....	59
3.4 DOS PRINCÍPIOS INFORMADORES DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL .....	60
3.4.1 Princípio da Simplicidade e da Informalidade .....	61
3.4.2 Princípio da Oralidade .....	62
3.4.3 Princípio da Economia Processual .....	64
3.4.4 Princípio da Celeridade .....	64
3.5 DA APLICAÇÃO SUBSIDIÁRIA DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL .....	66
<b>CONCLUSÃO</b>	<b>68</b>
<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>72</b>

## INTRODUÇÃO

Nesta monografia pretende-se verificar a possibilidade da concessão de antecipação da tutela no juizado especial cível. O que se busca realmente é saber se a concessão desse instituto no referido juizado afronta ou não as garantias constitucionais do contraditório e da ampla defesa.

Isso porque, se por um lado é pacífico o entendimento de que a antecipação da tutela é plenamente constitucional quando se trata dos procedimentos ordinários e sumários do código de processo civil, eis que as garantias do contraditório e da ampla defesa, em confronto com as garantias da inafastabilidade do controle jurisdicional e da tempestividade da tutela jurisdicional, são proteladas pelo aplicador do direito, em face do risco iminente ao bem da vida em litígio.

Por outro, o mesmo não acontece no juizado especial cível, visto que o procedimento da Lei especial é célere, sem formalismos, pelo que não prevê, sequer, a possibilidade de recurso das decisões interlocutórias, o que, em tese, impossibilitaria a ampla defesa no caso da concessão da medida urgente.

Ademais, o juizado especial cível tem como princípio basilar a conciliação, que em caso de antecipação da tutela, poderia restar prejudicada.

Justifica-se o tema escolhido pela importância que tem o juizado especial cível e a antecipação da tutela na efetivação da garantia constitucional fundamental do acesso à Justiça e da razoável duração do processo.

São objetivos intermediários deste trabalho, contemplados pelo desenvolvimento em capítulos, sendo feita no primeiro deles, uma breve análise do que é a função jurisdicional, quais são seus escopos, quais as espécies de tutela jurisdicional e, também, diferenciando a tutela urgente da definitiva.

Tratar-se-á, então, da antecipação da tutela propriamente dita, verificando a evolução história do instituto, conceituando-a e verificando seus objetivos.

Em seguida, analisar-se-á o juizado especial cível, com uma breve incursão sobre seu histórico, sua ideologia, seus princípios e, por fim, sobre a aplicação subsidiária do código de processo civil.

Assim, ao final, verificar-se-á a adequação ou não do instituto ao procedimento da Lei n. 9.099/95, conjugando-se os escopos da jurisdição, os objetivos da antecipação da tutela e a ideologia do juizado especial cível.

## 2 DA ANTECIPAÇÃO DA TUTELA

A Revolução Industrial trouxe uma nova ordem mundial que multiplicou as relações jurídicas existentes<sup>1</sup>. Em face disso, atualmente estamos envoltos num emaranhado de relações pessoais que perpassam pelo contrato de transporte do ônibus para vir à universidade, pelo nosso contrato de trabalho e estende-se até o alcance da nossa imaginação.

Como não poderia deixar de ser, esse emaranhado de relações, crescente a cada dia, faz crescer também os litígios delas decorrentes, os quais deverão ser resolvidos pelo Estado-Juiz.

Ademais, a universalização do ensino e a conseqüente ampliação do nível de escolaridade, bem como a criação dos chamados direitos de quarta geração<sup>2</sup>, contribuíram para um aumento dos conflitos de interesse e, conseqüentemente, da litigiosidade.

Esses são alguns dos fatores que avolumaram o número de processos e, conseqüentemente fizeram com que a Jurisdição fosse ficando cada vez mais lenta. Essa lentidão dos procedimentos jurisdicionais contraposta ao dinamismo da sociedade, a cada dia mais veloz, fez com que surgisse uma crise de demanda na função jurisdicional, resultando no descrédito dos cidadãos. Eis que a resposta do judiciário, na maioria das vezes, não atende as suas expectativas.

---

<sup>1</sup> MESQUITA, Eduardo Melo de. **As tutelas cautelar e antecipada**. São Paulo : Revista dos Tribunais, 2002. p. 19-23.

<sup>2</sup> CARNEIRO, Paulo Cezar Pinheiro. **Acesso à justiça: juizados especiais cíveis e ação civil pública: uma nova sistematização da teoria geral do processo**. 2. ed. Rio de Janeiro : Forense, 2003. p. 30.



Por outro lado no desenvolver da Jurisdição foi necessária a criação de um formalismo que equilibrasse o poder das partes e que garantisse meios de defesa necessários, surgindo, assim, o processo<sup>3</sup>.

Porém, com a evolução do direito processual, e na ânsia dos doutrinadores de firmarem esse ramo do ordenamento jurídico como ciência autônoma do direito material, foi surgindo uma exacerbação do formalismo.

Entretanto, com a evolução da sociedade e a exacerbação do formalismo processual, inicialmente necessário; o processo, instrumento criado para a solução das controvérsias, tem-se demonstrado incapaz de propiciar efetiva prestação jurisdicional.

Nesse panorama o legislador tenta dar ao direito processual maior dinamicidade. É possível visualizar essas tentativas na criação do instituto da antecipação da tutela, bem como na criação do juizado especial cível e, mais recentemente, na emenda constitucional 045/2004, que criou institutos que visam acelerar o tramite processual e acrescentou a garantia à razoável duração do processo ao rol dos direitos fundamentais.

Antes da exposição sobre a antecipação da tutela e sobre o juizado especial cível é necessária uma breve incursão sobre a jurisdição, seu escopo, e sobre as principais espécies de tutelas concedidas.

## 2.1 DA FUNÇÃO JURISDICIONAL

Na vida em sociedade, normalmente, as relações jurídicas se formam e se extinguem sem que exista nenhum conflito.

---

<sup>3</sup> CINTRA, Antônio Carlos de Araújo. *et al.* **Teoria geral do processo**. 20. ed. São Paulo : Malheiros, 2004. p. 42.

Em outras situações os conflitos de interesses aparecem, mas são solucionados pelos próprios interessados, ou pela composição ou pelo reconhecimento do direito alheio.

Porém, em determinadas situações isso não acontece, existindo conflitos de interesses com uma pretensão resistida, o que se denomina lide ou litígio<sup>4</sup>, caso em que o Estado é chamado a compor o litígio, aplicando o que julga ser de direito ao caso em controvérsia.

O interesse, no magistério de Carnelutti<sup>5</sup>, “[...] é a posição favorável para a satisfação de uma necessidade assumida por uma das partes [...]”; e a pretensão “[...] é a exigência de uma da parte de subordinação de um interesse alheio a um interesse próprio [...]”.

Assim, existe conflito de interesses quando mais de um sujeito tenta usufruir do mesmo bem da vida e, somente haverá litígio quando o conflito surgido na disputa por tal bem não for solucionado pelas partes, caso em que a parte deverá deduzir em juízo a lide existente e requer ao juiz a solução na forma da lei.

Todavia, essa concepção de solução de controvérsias, somente surgiu com o fortalecimento do Estado-Nação. A princípio o Estado não tinha forças suficientes para garantir os direitos, então ele somente os definia, ficando a cargo das partes a defesa dos mesmos, era a chamada autotutela<sup>6</sup>.

Com a evolução do Estado, este, como demonstração de seu *imperium*, trouxe para si o poder-dever de solucionar os conflitos sociais, a fim de atingir os objetivos essenciais do estado democrático de direito<sup>7</sup>. Essa nova função estatal foi denominada jurisdição.

A função jurisdicional é a única função estatal que é inerte, ou seja, que precisa de provocação, visto que somente é exercida quando um interessado pede

---

<sup>4</sup> TEODORO JÚNIOR, Humberto. **Curso de direito processual civil**. vol. I. 20. ed. Rio de Janeiro : Forense, 2007. p. 30-35.

<sup>5</sup> *Apud.* TEODORO JÚNIOR, Humberto. **Curso de direito processual civil**. vol. I. 20. ed. Rio de Janeiro : Forense, 2007. p. 35.

<sup>6</sup> CINTRA, Antônio Carlos de Araújo. *et al.* **Teoria geral do processo**. 20. ed. São Paulo : Malheiros, 2004. p. 20-24.

<sup>7</sup> CÂMARA, Alexandre Freitas. **Lições de direito processual civil**. 16. ed. Rio de Janeiro : Lúmen Júris, 2007. p. 67-72.

ao Estado-Juiz que resolva um conflito de interesses, aplicando a lei ao caso concreto.

Portanto, atividade jurisdicional pressupõe a existência de um conflito de interesses, qualificado pela pretensão de alguém e pela resistência de outrem, ou seja, a existência de lide. Nesse caso, o Estado retira das mãos dos particulares o conflito, substituindo-os, aplica a lei ao caso concreto, com a finalidade de pacificação social.

Silva<sup>8</sup>, por sua vez, após analisar a doutrina de vários processualistas, conclui que:

[...] as notas essenciais, capazes de determinar a jurisdicionalidade de um ato ou de uma atividade realizada pelo juiz, devem atender a dois pressupostos básicos: a) o ato jurisdicional é praticado pela autoridade estatal, no caso pelo juiz, **que o realiza por dever de função**; o juiz, ao aplicar a lei ao caso concreto, pratica essa atividade como finalidade específica de seu agir, ao passo que o administrador deve desenvolver a atividade específica de sua função tendo a lei por limite de sua ação, cujo objetivo não é simplesmente a aplicação da lei ao caso concreto, mas a realização do bem comum, segundo o direito objetivo; b) o outro componente essencial do ato jurisdicional é a condição de terceiro imparcial em que se encontra o juiz em relação ao interesse sobre o qual recai sua atividade. Ao realizar o ato jurisdicional, o juiz mantém-se numa posição de independência e estraneidade relativamente ao interesse que tutela por meio de sua atividade. (grifou-se)

Segundo Carnelutti<sup>9</sup>, “[...] a jurisdição consiste na justa composição da lide, mediante sentença de natureza declarativa, por meio da qual o juiz ‘dicit ius’ daí porque, segundo ele, não haveria jurisdição no processo executivo [...]”.

Entretanto, esse entendimento está superado na doutrina nacional, que evoluiu, existindo entendimentos bem mais extremados, como o de Dinamarco<sup>10</sup>, por exemplo, ao lecionar que “[...] a jurisdição é muito mais do que mero exercício

<sup>8</sup> SILVA, Olívio Batista. **Curso de direito processual : processo de conhecimento**. Vol. I. 2. ed. São Paulo : Revista dos Tribunais, 1998. p. 40.

<sup>9</sup> *Apud. Idem. Ibidem.* p. 32.

<sup>10</sup> DINAMARCO, Cândido Rangel. **A instrumentalidade do processo**. 3. ed. São Paulo : Malheiros, 1993. p. 150-155.

dos direitos individuais ou a institucionalização da sua satisfação [...]”. Asseverando que, modernamente, superou-se tal entendimento, sendo certo que:

[...] o serviço jurisdicional chega à sociedade e se presta a servi-la, conseqüentemente, **a jurisdição tem inegáveis implicações com a vida social**, tanto que é o reconhecimento de sua utilidade, pelos membros da sociedade, que a legitima no contexto das instituições políticas da nação. Por outro lado, sendo ela uma expressão do poder estatal, tem implicações com a estrutura política do Estado. Ela reflete, na conjuntura em que se insere, a fórmula das relações entre o Estado e sua população, além de servir de instrumento para a imposição das diretrizes estatais. Inserindo a jurisdição no contexto do poder e com isso saindo da sua tradicional conceituação como um poder, percebe-se que **a sua institucionalização é vital e indispensável para a própria subsistência do Estado e sua imposição imperativa sobre as pessoas**. É não pensar somente nos conflitos transindividuais que um a um chegam clamando por solução, mas na massa de todas as pretensões deduzidas à Justiça, às quais o Estado imporá com a sua autoridade imperativa a força do seu direito; **não fosse a jurisdição institucionalizada, perderia sentido o ordenamento jurídico estatal como fonte autoritativa de regras de convivência e perderia sentido o próprio Estado que o instituiu e que, para coesão do grupo, tem a estrita necessidade da preservação do ordenamento**. (grifou-se)

Por seu turno, Fidélis<sup>11</sup> afirma que a jurisdição “é a demonstração do poder de *imperium* do Estado é o poder-dever do Estado compor litígios, da efetivação do direito já acertado e, acessoriamente, prestar cautela a outro processo, para que alcance a sua utilidade prática”.

O processualista Júnior<sup>12</sup> define jurisdição como “a função do Estado de declarar e realizar, de forma prática, a vontade da lei diante de uma situação jurídica controvertida”.

<sup>11</sup> SANTOS, Ernani Fidélis dos. **Manual de direito processual civil**. vol. I. 12. ed. São Paulo : Saraiva, 2007. p. 22.

<sup>12</sup> THEODORO JÚNIOR, Humberto. **Curso de direito processual civil**. vol. I. 42. ed. Rio de Janeiro, Forense, 2005. p. 37.

Marinoni<sup>13</sup>, ao analisar a questão, ressalta que a jurisdição é manifestação do poder do Estado e pode ter diversos objetivos, a depender da finalidade essencial desse Estado, poderá ter fins sociais, políticos e propriamente jurídicos e, continua:

[...] **a jurisdição**, ao aplicar uma norma ou faze-la produzir efeitos concretos, afirma a vontade espelhada na norma de direito material, a qual deve traduzir, já que **deve estar de acordo com os fins do Estado**, as normas constitucionais que revelam suas preocupações básicas. (grifou-se)

Assim, vê-se claramente que a jurisdição é a função estatal responsável pela pacificação social. Através da jurisdição, o Estado-Juiz se inclui no conflito de interesse pré-existente e, mantendo-se imparcial, extirpa-o do meio e, com isso, mantém a coesão do grupo social.

Contudo, a jurisdição pode ter objetivos diversos, que dependem da própria essência do Estado.

Nesse contexto é necessária a análise dos objetivos da jurisdição.

## 2.2 ESCOPOS DA JURISDIÇÃO

Como já mencionado, a principal finalidade da jurisdição é a pacificação social por meio da tutela do bem da vida a cuja pretensão há uma resistência, ou seja, é a resolução de litígios.

Então, para possibilitar essa pacificação, o Estado-Juiz, substituindo os titulares dos interesses em conflito, faz atuar a vontade do direito objetivo que rege o caso apresentado em concreto para ser solucionado<sup>14</sup>.

Dessa forma, vê-se que o conflito deduzido em juízo diz respeito a um direito material lesado, ou ameaçado de lesão, o que *per si* já é passível de ser tutelado,

---

<sup>13</sup> MARINONI, Luiz Guilherme. **Manual de processo conhecimento**. 3. ed. São Paulo : Revista dos Tribunais, 2004. p. 36.

<sup>14</sup> CINTRA, Antônio Carlos de Araújo. *et al.* **Teoria geral do processo**. 20. ed. São Paulo : Malheiros, 2004. p. 131.

porque de nada resolveria o Estado definir o direito e não tutelá-lo, uma vez que retirou dos particulares o poder de autotutela.

Porém, muitos doutrinadores na ânsia de firmarem a autonomia científica do direito processual, acabavam por ignorar o direito material, desvirtuando a tutela pretendida e prometida pelo direito material. Nesse sentido, Marinoni<sup>15</sup> assim leciona:

**[...] é óbvio que o direito processual depende da forma de tutela que o próprio direito substancial lhes confere.** No Estado constitucional, pretender que o processo seja neutro em relação ao direito material é o mesmo que lhe negar qualquer valor. Isto porque ser indiferente ao que ocorre no plano do direito material é ser incapaz de atender às necessidades de proteção ou de tutela reveladas pelos novos direitos e, especialmente, pelos direitos fundamentais. **Portanto, outorgar à jurisdição o escopo de tutela dos direitos é imprescindível para dar efetividade aos direitos fundamentais.** Como é óbvio, esta forma de conceber a função jurisdicional faz com que a ação neutra (única) perca sustentação, já que essa ação é completamente incapaz de atentar para o papel que o direito hegemônico desenvolve diante da sociedade e do Estado. É preciso advertir que, além da tutela jurisdicional, os direitos encontram outras formas de tutela ou proteção por parte do Estado. Lembre-se de que **os direitos fundamentais**, quando enquadrados em uma dimensão multifuncional, **exigem prestações de proteção**. Isso quer dizer, que a jurisdição tem o dever de proteger ou tutelar todos os direitos, sejam fundamentais ou não. (grifou-se)

Por outro lado, como a jurisdição pode ter várias finalidades, conforme os objetivos do Estado. No Brasil deve-se sempre levar em consideração os objetivos do Estado Brasileiro, previstos na Constituição, ou seja, a jurisdição deve ser analisada em consonância com os objetivos da República.

Frise-se, que essa também é uma das defesas de Marinoni<sup>16</sup>:

Assim, a jurisdição, ao aplicar uma norma ou fazê-la produzir efeitos concretos, afirma a vontade espelhada na norma de direito material a qual deve traduzir, já que deve estar de acordo com os fins do Estado, as normas

<sup>15</sup> MARINONI, Luiz Guilherme. **Da ação abstrata e uniforme à ação adequada à tutela dos direitos**. p. 18-20.

<sup>16</sup> MARINONI, Luiz Guilherme. **Manual do processo de conhecimento**. 3. ed. São Paulo : Revista dos Tribunais, 2004. p. 36.

constitucionais que revelam suas preocupações básicas.

Isso reflete o dever que os operadores do direito têm de interpretar as normas infraconstitucionais, consoante as garantias constitucionais.

Assim, como o escopo da jurisdição é promover o restabelecimento da ordem jurídica em consonância com os objetivos da República, mediante a eliminação do conflito de interesses que ameaça a paz social e, conseqüentemente, o próprio Estado<sup>17</sup>, é necessário que existam respostas adequadas da função jurisdicional às diferentes espécies de afrontas aos direitos existentes.

Essa resposta é dada por meio das diversas espécies de tutelas jurisdicionais possíveis de serem concedidas ao jurisdicionado. Vejamos, brevemente, algumas delas.

## 2.3 ESPÉCIES DE TUTELA JURISDICIONAL

Pelo exposto, denota-se que a jurisdição é a própria essência do Estado. Em face disso, a preocupação deve ser constante para que essa essencial função estatal não reste desacreditada pelo jurisdicionado.

Mas, para que a pacificação social ofertada e imposta pelo Estado com seu poder de *imperium* seja digna de crédito de seu jurisdicionado, é necessário a demonstração de eficiência na realização de seu mister, ou seja, as expectativas da sociedade devem ser atendidas.

E, com vistas a atender essas expectativas, é para os casos de urgência, que o ordenamento jurídico brasileiro, prevê a possibilidade de resposta adequada do

---

<sup>17</sup> THEODORO JÚNIOR, Humberto. **Curso de direito processual civil**. vol. I. 42. ed. Rio de Janeiro, Forense, 2005. p. 38.

Estado, ou seja, para casos urgentes há tutelas jurisdicionais urgentes e para casos especiais há tutelas jurisdicionais diferenciadas.

Alguns autores chegam até mesmo a afirmar que essa é a maior novidade científica, no campo do processo civil, ou seja, a busca de formas especiais de tutelas jurisdicionais indicadas pelos processualistas como espécies de tutela diferenciada, que outra coisa não é senão a redescoberta tardia de que a todo direito corresponde, ou deve corresponder, uma ação adequada que efetivamente o assegure, proclamando-se, mais uma vez, a função eminentemente instrumental do processo<sup>18</sup>.

Para melhor entender o assunto, necessário se faz a definição do termo tutela jurisdicional.

Bedaque<sup>19</sup>, a define como: “efetiva proteção que a função jurisdicional confere àquele cuja situação de vida encontra-se amparada pelo direito substancial”.

Dinamarco<sup>20</sup>, por seu turno, preleciona que:

**[...] a tutela jurisdicional é o amparo que, por obra dos juízes, o Estado ministra a quem tem razão num litígio deduzido em processo.** Ela consiste na melhoria da situação de uma pessoa, pessoas ou grupo de pessoas, em relação ao bem pretendido ou à situação imaterial desejada ou indesejada. Receber tutela jurisdicional significa obter sensações felizes e favoráveis, propiciadas pelo Estado mediante o exercício da jurisdição. (grifou-se)

Assim, no entendimento de Dinamarco, tutela jurisdicional é o provimento positivo, ou seja, quando o pleito do demandante ou do demandado são acolhidos pelo Estado-juiz. É a guarnição do bem da vida pretendido.

---

<sup>18</sup> SILVA, Olívio A. Batista da. **Curso de direito processual civil: processo de conhecimento**. vol I. 2. ed. São Paulo : Revista dos Tribunais, 1998. p. 116.

<sup>19</sup> Apud. MESQUITA, Eduardo Melo. **As tutelas cautelar e antecipada**. Coleção estudos de direito de processo Enrico Tullio Liebmann. São Paulo : Editora Revista dos Tribunais, 2002. p. 165.

<sup>20</sup> DINAMARCO, Candido Rangel. **Instituições de direito processual civil**. vol. I. 3. ed. São Paulo : Malheiros, 1993. p. 59.



É, também, o que leciona Câmara<sup>21</sup>:

A tutela jurisdicional é uma modalidade de tutela jurídica, ou seja, **uma das formas pelas quais o Estado assegura proteção a quem seja titular de um direito subjetivo ou outra posição jurídica de vantagem.** (grifou-se)

Difere, portanto, de prestação jurisdicional, eis que esta é mera resposta ao exercício da jurisdição<sup>22</sup>.

Contudo, o magistrado e professor Mesquita<sup>23</sup>, ressalta que “não há tutela jurisdicional somente ao vencedor, mas, também, com relação ao perdedor, porquanto o Estado lhe assegura a ingerência patrimonial nos exatos lindes do justo e do razoável”.

Dessa forma, existe tutela jurisdicional mesmo quando o pleito não é acolhido, eis que o jurisdicionado somente sofreu na medida do direito alheio, nem mais e nem menos.

Conclui-se, assim, que a tutela jurisdicional é a final aplicação do direito, pelos magistrados, ao caso concreto, resultando na melhoria ou não da situação de uma pessoa em relação ao bem da vida pretendido, com a conseqüente pacificação social. É o exercício da jurisdição tutelando o bem da vida.

Para ser eficaz na aplicação final do direito, o ordenamento processual, oferta soluções práticas adequadas aos variados casos do direito substancial e sempre com vista a produzir resultados úteis na vida dos sujeitos.

Tais soluções podem ser classificadas consoantes o pedido formulado, ou seja, o que determina a espécie de tutela jurisdicional é a natureza da pretensão resistida. Assim, temos as tutelas de conhecimento, a executiva e a cautelar.

---

<sup>21</sup> CÂMARA, Alexandre Freitas. **Lições de direito processual Civil**. vol. I. 16. ed. Rio de Janeiro : Lúmen Júris, 2007. p. 87.

<sup>22</sup> MESQUITA, Eduardo Melo. **As tutelas cautelar e antecipada**. Coleção estudos de direito de processo Enrico Tullio Liebmann. São Paulo : Editora Revista dos Tribunais, 2002. p. 166.

<sup>23</sup> *Idem*, *ibidem*. p. 163.

### 2.3.1 Tutela de Conhecimento

Nas tutelas de conhecimento o autor visa uma decisão da lide apresentada. Caracteriza-se pela produção probatória exauriente, por conter a declaração da existência ou inexistência de um direito, sendo que muitas vezes à essa declaração se junta o elemento condenatório e constitutivo<sup>24</sup>.

Nessa espécie de tutela o órgão jurisdicional é convocado a dizer qual das partes tem razão por meio da sentença de mérito. Essa sentença encerra a fase de conhecimento do processo concluindo pela procedência ou improcedência da pretensão do autor<sup>25</sup>.

A tutela de conhecimento é classicamente subdividida em três: declaratória, constitutiva e condenatória, ou, ainda, em cinco incluindo-se as mandamentais e as executivas *lato sensu*<sup>26</sup>.

Na tutela declaratória o que se pleiteia é a declaração de uma relação jurídica. Entretanto, se o pedido for julgado improcedente, a situação será de uma tutela declaratória negativa. O objetivo é eliminar uma situação de incerteza existente sobre determinada relação jurídica resultante de controvérsia com alguém, porém essa declaração não tem o condão de obrigar a fazer ou não fazer algo<sup>27</sup>.

Quando o autor pleitear a declaração da constituição, ou desconstituição ou ainda a modificação de determinada relação jurídica. Portanto, contém uma declaração, mas também constitui ou desconstitui uma relação jurídica, estar-se-á diante de uma tutela constitutiva. Caracteriza-se por não exigirem atos posteriores, bastam em si mesmas<sup>28</sup>.

---

<sup>24</sup> CÂMARA, Alexandre Freitas. **Lições de direito processual Civil**. vol. I. 16. ed. Rio de Janeiro : Lúmen Júris, 2007. p. 89.

<sup>25</sup> CINTRA, Antônio Carlos de Araújo. *et al.* **Teoria geral do processo**. 20. ed. São Paulo : Malheiros, 2004. p. 302.

<sup>26</sup> *Idem. Ibidem*. p. 301.

<sup>27</sup> MARINONI, Luiz Guilherme. **Manual do processo de conhecimento**. 3. ed. São Paulo : Revista dos Tribunais, 2004. p. 464.

<sup>28</sup> CINTRA, Antônio Carlos de Araújo. *et al.* **Teoria geral do processo**. 20. ed. São Paulo : Malheiros, 2004. p. 304-305.

Na tutela condenatória pode se buscar a imposição de uma sanção, uma determinação cogente para a parte pagar, entregar, ou fazer aquilo que foi pleiteado.

Essa espécie de tutela pressupõe a violação de um direito e está diretamente ligada a necessidade de reparação desse direito violado<sup>29</sup>.

A tutela mandamental é aquela que dirige uma ordem para coagir o réu a observar o direito declarado<sup>30</sup>.

Ela aparece nas ações de mandado de segurança, nos embargos expedidos nas ações de nunciação de obra nova, ou mesmo nas liminares concedidas nas tutelas antecipadas, que se caracterizam pela ordem que deverá ser cumprida.

### 2.3.2 Tutela Executiva

As tutelas executivas se caracterizam, não pela decisão, visto que o direito já é líquido e certo, ou seja, há obrigação quantificada e determinada, mas sim pela expropriação de um bem, inicialmente do patrimônio disponível do devedor. É a própria satisfação do bem da vida pretendido<sup>31</sup>.

Assim, a tutela executiva visa uma prestação jurisdicional que consiste em tornar efetiva a sanção, mediante prática de atos próprios da execução forçada<sup>32</sup>.

Para Dinamarco<sup>33</sup> essa espécie de tutela:

[...] é juridicamente adequada nos casos em que o sujeito tem à sua disposição a execução forçada sem a necessidade de percorrer um prévio processo de conhecimento nem, portanto obter sentença condenatória. Esses casos são aqueles em que o crédito é amparado por algum título executivo extrajudicial.

---

<sup>29</sup> GRECO FILHO, Vicente. **Direito processual civil brasileiro**. vol. 1. 18. ed. São Paulo : Saraiva, 2005. p. 93.

<sup>30</sup> MARINONI, Luiz Guilherme. **Manual do processo de conhecimento**. 3. ed. São Paulo : Revista dos Tribunais, 2004. p. 470.

<sup>31</sup> CÂMARA, Alexandre Freitas. **Lições de direito processual civil**. vol. I. 16. ed. Rio de Janeiro : Lúmen Júris, 2007. p. 89.

<sup>32</sup> CINTRA, Antônio Carlos de Araújo. *et al.* **Teoria geral do processo**. 20. ed. São Paulo : Malheiros, 2004. p. 313.

<sup>33</sup> DINAMARCO, Candido Rangel. **Instituições de direito processo civil**. vol. 1. 3. ed. São Paulo : Malheiros, 2003. p. 70.

Portanto, em face da exigência da existência de um título, não há necessidade de uma apuração cognitiva, sendo uma tutela essencialmente de coação, ou pela expropriação de bens do executado, ou pela imposição de sanções em caso de não cumprimento da ordem judicial de adimplemento.

### 2.3.3 Tutela Cautelar

A tutela cautelar é uma das formas de prestação jurisdicional urgente. Sua finalidade, no magistério de Lacerda, é obter segurança que torne útil e possível a prestação jurisdicional de conhecimento ou de execução<sup>34</sup>.

Essa segurança é possível somente porque essa espécie de tutela ampara a aparência de direito posto em estado de risco ou de dano iminente. Não existindo, conseqüentemente, necessidade de uma análise aprofundada dos fatos e provas expostos.

A tutela cautelar é caracterizada pela emergência e pela acessoriedade da medida pleiteada, razão pela qual se exige que a tutela apresentada tenha como pressupostos o *fumus boni iuris* e o *periculum in mora*. Nela não haverá discussão quanto a mérito, haja vista que este será discutido em um processo principal<sup>35</sup>.

Esse também é o entendimento de Câmara<sup>36</sup>:

[...] a tutela jurisdicional cautelar é a que se limita a assegurar a efetividade de outro tipo de tutela. Há casos em que a efetividade da tutela jurisdicional fica ameaçada de se tornar inefetiva. Para evitar dano irreparável, ou de difícil reparação, surge esta terceira espécie de tutela jurisdicional que, sem satisfazer o direito material, assegura a efetividade da tutela satisfativa. (grifou-se)

<sup>34</sup> *Apud.* MARINONI, Luiz Guilherme. **Tutela Cautelar e Tutela Antecipatória**. São Paulo : Revista dos Tribunais, 1992. p. 48.

<sup>35</sup> CINTRA, Antônio Carlos de Araújo. *et al.* **Teoria geral do processo**. 20. ed. São Paulo : Malheiros, 2004. p. 317-319.

<sup>36</sup> CAMARA, Alexandre Freitas. **Lições de direito processual civil**. vol. 1. 16. ed. Rio de Janeiro : Lúmen Júris, 2007. p. 89.

Assim, em havendo perigo da futura tutela definitiva ser desprovida de eficácia e existindo plausibilidade nas alegações do requerente concede-se um provimento acautelatório do bem da vida pretendido, garantindo-se, dessa forma, a utilidade da prestação jurisdicional.

Vê-se que essa tutela é um instrumento do instrumento, eis que não existe apartado de outro processo, seja de conhecimento, seja de execução, conseqüentemente sua existência é provisória e dependente da existência desses outros procedimentos.

### 2.3.4 Tutelas Diferenciadas

Há muitas hipóteses em que a forma tradicional de prestação jurisdicional (procedimentos ordinário e sumário) pode torna-se inadequada para tutelar o bem da vida pretendido.

Para essas situações, diversas são as tutelas implantadas, denominados pelo legislador como procedimentos especiais, ou, até mesmo, institutos como a antecipação da tutela, na tentativa de se obter maior adequação do provimento jurisdicional ao pleito do autor<sup>37</sup>.

Por tal razão Dinamarco<sup>38</sup> leciona que a tutela jurisdicional diferenciada visa assegurar:

[...] a existência de provimentos jurisdicionais distintos, portadores de tutelas diferentes, bem como processos e procedimentos diferenciados segundo as necessidades da específica tutela a reparar, decorrentes da imperativa necessidade de fazer escolhas adequadas ao ingressar em juízo com pedido de tutela jurisdicional.

---

<sup>37</sup> CAMARA, Alexandre Freitas. **Lições de direito processual civil**. vol. 1. 16. ed. Rio de Janeiro : Lúmen Júris, 2007. p. 91.

<sup>38</sup> DINAMARCO, Cândido Rangel. **Instituições de direito processual civil**. vol. I. 1. ed. São Paulo : Malheiros, 2004. p. 78.

Elas dotam o procedimento de celeridade, haja vista seu trâmite mais simplificado. Adequando-se, assim, a tutela jurisdicional à espécie do interesse em conflito.

As formas de tutela diferenciadas tendem a se ampliar, buscando efetivar a garantia fundamental da razoável duração do processo, inserta pela Emenda Constitucional n. 45/2004. Ou, em outras palavras, garantir a efetividade e celeridade do processo.

Dentre as tutelas diferenciadas estudar-se-á, brevemente, uma das formas de tutela urgente de cognição sumária, que é a tutela antecipada, objeto deste estudo.

## 2.4 DIFERENÇA ENTRE TUTELA URGENTE E TUTELA DEFINITIVA

A tutela urgente surge como instrumento de eficácia da tutela definitiva, ou seja, quando há risco plausível de que a tutela jurisdicional possa se tornar ineficaz, o ordenamento jurídico possibilita que o magistrado, em cognição superficial ou sumária, antecipe ou promova medidas que assegurem os efeitos da tutela definitiva.

Esse foi o instrumento adotado pelo legislador pátrio, eis que para se alcançar a tutela definitiva, a cognição, geralmente, precisa ser plena e exauriente, o que necessariamente demanda tempo. Tempo esse que, muitas vezes, o bem não pode esperar.

Em face disso o legislador autoriza o magistrado, em casos específicos, a realizar uma cognição diversa da necessária na tutela definitiva.

A cognição é um ato de inteligência do magistrado, que consiste em considerar, analisar e valorar as alegações e as provas produzidas pelas partes, ou

seja, as questões de fato e as de direito são deduzidas no processo alicerçando o fundamento do julgamento do objeto litigioso do processo<sup>39</sup>.

Esse ato de análise, de valoração das alegações e das provas pode ter seu grau de intensidade e de amplitude diversificado, dependendo da pretensão a ser tutelada. É o que a doutrina<sup>40</sup> denominou de plano horizontal, que diz respeito à amplitude de conhecimento do juiz; e vertical, referindo-se à profundidade da cognição do magistrado acerca da afirmação dos fatos.

A cognição no plano horizontal poderá ser plena ou parcial, conforme se possibilite a discussão de todos os elementos do objeto da cognição ou não<sup>41</sup>.

Em relação ao plano vertical, conforme a profundidade da análise dos elementos a serem apreciados pelo juiz, a cognição pode ser exauriente, sumária ou superficial<sup>42</sup>.

A regra em nosso ordenamento jurídico é a tutela de cognição exauriente e definitiva. Essa espécie de tutela visa solucionar definitivamente as lides postas em juízo, sendo ilimitada, no sentido vertical, a discussão dos fatos e provas em relação à pretensão<sup>43</sup>.

Por isso diz-se que a cognição exauriente é uma característica do processo de conhecimento, eis que a sentença prolatada nesse tipo de processo é baseada em juízo de certeza.

Por sua vez, a sumária é a tutela de cognição menos aprofundada em sentido vertical, são os juízos de probabilidade feitos a partir de análise de provas compatíveis com os fatos alegados. É uma das características das situações de perigo, que ensejam uma cognição baseada no juízo de probabilidade<sup>44</sup>.

Já a cognição superficial é aquele juízo de possibilidade ou verossimilhança de que os fatos alegados poderão ser comprovados pela instrução probatória ainda

---

<sup>39</sup> WATANABE, Kazuo. **Da cognição no processo civil**. 2. ed. Campinas : Bookseller, 2000. p. 58.

<sup>40</sup> MARINONI, Luiz Guilherme. **Tutela Cautelar e Tutela Antecipatória**. São Paulo : Revista dos Tribunais, 1992. p. 21.

<sup>41</sup> CÂMARA, Alexandre Freitas. **Lições de direito processual civil**. vol. 1. 16. ed. Rio de Janeiro : Lúmen Júris, 2007. p. 286 e 287.

<sup>42</sup> *Idem, ibidem*. p. 287.

<sup>43</sup> MARINONI, Luiz Guilherme. **Tutela Cautelar e Tutela Antecipatória**. São Paulo : Revista dos Tribunais, 1992. p. 22.

<sup>44</sup> CÂMARA, Alexandre Freitas. **Lições de direito processual civil**. vol. 1. 16. ed. Rio de Janeiro : Lúmen Júris, 2007. p. 287.

não realizada. É a cognição realizada pelo juiz por ocasião da concessão das liminares em geral, inclusive na antecipação da tutela<sup>45</sup>, desde que *inaudita altera partes*.

Assim, clarividência-se a diferença básica entre as tutelas urgentes e as definitivas, qual seja, a extensão da cognição no plano vertical.

Enquanto nas tutelas definitivas a cognição é exauriente, sendo concedidas em juízo de certeza, nas urgentes a cognição é superficial ou sumária, cuja concessão é baseada em juízo de verossimilhança e probabilidade respectivamente.

Nesse estudo ater-se-á a uma das espécies de tutela urgente, denominada antecipação da tutela, uma das bases deste.

## 2.5 BREVE DESCRIÇÃO DA EVOLUÇÃO DA ANTECIPAÇÃO DA TUTELA

O aumento do número de conflitos de interesses e a exacerbação do formalismo processual, com a conseqüente cobrança da sociedade, vêm impulsionando o legislador na concepção de formas mais rápidas de alcançar a efetiva prestação jurisdicional, sendo a tutela liminar<sup>46</sup> o seu mais distante ancestral nessa evolução.

As primeiras tutelas liminares foram criadas em Roma e eram denominadas *interdictas*. Tais medidas podiam ser concedidas pelo pretor, com base na simples pressuposição de que fossem verdadeiros os fatos narrados pelo autor<sup>47</sup>.

A busca por mecanismos mais ágeis na entrega de uma prestação jurisdicional adequada tem sido uma constante em todo o mundo, na França concede-se a antecipação da tutela exigindo-se somente a demonstração que a

---

<sup>45</sup> WATANABE, Kazuo. **Da cognição no processo civil**. 2. ed. Campinas : Bookseller, 2000. p. 121.

<sup>46</sup> MARQUES, José Frederico. **Manual de direito processual civil**. vol. II. São Paulo : Millennium Editora, 2003. p. 9.

<sup>47</sup> *Idem, ibidem*. p. 9.



obrigação não seja seriamente contestável. Na Alemanha existe a condenação provisória para evitar que o direito subjetivo da parte torne-se *nudum jus*. Na Itália pode-se conceder a medida antecipatória, desde que demonstrado o perigo de dano irreparável ou de difícil reparação, com a demora da prestação jurisdicional<sup>48</sup>.

No Brasil já existia a figura da tutela antecipada em ações de procedimento especial, como as possessórias e ações de alimentos<sup>49</sup>.

Contudo, somente em 1990, surge a primeira inovação legislativa com o intuito de antecipar os efeitos da tutela em casos mais abrangentes, demonstrando, assim, claramente, a tendência do legislador. Tal inovação é o parágrafo 3º, do artigo 84, da Lei 8.078/90<sup>50</sup> (Código de Defesa do Consumidor).

Logo em seguida, em 1991, com a Lei 8.245/91<sup>51</sup>, surge mais uma inovação prevendo a possibilidade da satisfação antecipada do mérito, de acordo com o previsto no parágrafo 1º, do artigo 59 (Lei das Locações).

Assim, vê-se que a antecipação de tutela já era positivada em nosso ordenamento jurídico. Mas, somente podia ser concedida em situações específicas e vinculada a determinadas relações jurídicas.

Em 1994, o legislador brasileiro, pela Lei 8.952<sup>52</sup>, sistematizou a tutela antecipada genérica, ampliando as possibilidades de deferimento, com a modificação do artigo 273 do Código de Processo Civil, generalizando as hipóteses de antecipação, total ou parcial, dos efeitos pretendidos no pedido inicial.

Logo que positivada no ordenamento jurídico brasileiro, essa espécie de tutela provocou uma série de discussões, dando origem a diversos conceitos e interpretações. Mas hoje, apesar de ainda existir divergências, é pacífico que a decisão que concede a antecipação dos efeitos da sentença é uma decisão interlocutória, de natureza satisfativa, que adianta ao postulante, total ou

---

<sup>48</sup> MARINONI, Luiz Guilherme. **Novas linhas do processo civil**. 4. ed. São Paulo : Malheiros, 2000. p. 184.

<sup>49</sup> NEGRÃO, Theotonio. **Código de processo civil e legislação processual em vigor**. 29. ed. São Paulo : Saraiva, 1998. p. 791- 803.

<sup>50</sup> GRINOVER, Ada Pellegrini. *et al.* **Código de Defesa do consumidor**: comentado pelos autores do ante-projeto. p. 1083.

<sup>51</sup> Vade Mecum / obra coletiva da Editora Saraiva com a colaboração de Antônia Luiz de Toledo Pinto. *et al.* 3. ed. p. 1457.

<sup>52</sup> [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L8952.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8952.htm)

parcialmente, os efeitos do julgamento de mérito, desde que preenchidos os requisitos do artigo 273 do Código de Processo Civil.

Contudo, ainda existem diferenças de conceituação, o que se verá abaixo.

## 2.6 CONCEITO DE ANTECIPAÇÃO DA TUTELA

A antecipação da tutela é uma decisão interlocutória que alcança ao demandante o bem da vida pretendido, antes do julgamento final da lide, desde que preenchidos certos requisitos.

Tal entendimento é majoritário na doutrina pátria. Marinoni<sup>53</sup>, por exemplo, leciona que a tutela antecipada é:

**[...] uma espécie do gênero tutela de urgência, quando concedida com base no risco de prejuízo irreparável,** contudo se a concessão se baseia em abuso do direito de defesa ou incontrovérsia de parte dos pedidos é uma espécie de sanção processual. É uma medida provisória de caráter satisfativo e outorgada com base em cognição superficial. (grifou-se)

Verifica-se que o autor classifica a antecipação da tutela de duas formas, primeiro com base na urgência, segundo como forma de sanção.

No magistério de Gonçalves<sup>54</sup>, “a antecipação da tutela consiste na permissão para o autor se beneficiar dos benefícios que somente receberia no futuro, com a prolação da sentença, em caráter provisório e em cognição superficial”.

---

<sup>53</sup> MARINONI, Luiz Guilherme. **Manual do processo de conhecimento**. 3. ed. São Paulo : Revista dos Tribunais, 2004. p. 235-244.

<sup>54</sup> GONÇALVES. Marcus Vinicius Rios. **Novo curso de direito processual civil**. vol. I. 2. ed. São Paulo : Saraiva, 2005. p. 291.

Bermudes<sup>55</sup>, por seu turno, ensina que a tutela antecipada é uma:

**[...] prestação jurisdicional cognitiva, consistente na outorga adiantada da proteção que se busca no processo de conhecimento**, a qual, verificando os pressupostos da lei, é anteposta ao momento procedimental próprio. Configurados os respectivos requisitos que se descobrem no caput do artigo, nos seus dois incisos e no § 2º, o juiz, por razões de economia, celeridade, efetividade, concede, desde logo, e provisoriamente, a proteção jurídica, que só a sentença transitada em julgado assegura em termos definitivos. (grifou-se)

Vê-se que o doutrinador ressalta as razões da economia, da celeridade e da efetividade, para justificar a concessão da tutela antecipada.

Câmara<sup>56</sup> vê o instituto antecipatório com “uma forma de tutela sumária, em que o juiz presta uma tutela jurisdicional satisfativa, no bojo do processo de conhecimento, com base em juízo de probabilidade”.

Dinamarco<sup>57</sup>, por sua vez, trata a antecipação da tutela como uma “medida de urgência que oferece ao sujeito, desde logo, a fruição integral ou parcial do próprio bem ou situação pela qual litiga”.

Como visto, a antecipação da tutela é uma medida de urgência, provisória, concedida em cognição superficial ou sumária, permitindo que o autor desfrute do bem da vida pleiteado, no processo de conhecimento.

Tal medida por ser concedida como proteção ao bem da vida, em caso de risco iminente ou como sanção processual, em caso de abuso do direito de defesa ou sobre a parte incontroversa do pedido.

Além desses pressupostos deve-se observar os requisitos necessários para a outorga da antecipação da tutela.

<sup>55</sup> *Apud.* MARQUES, José Frederico. **Manual de direito processual civil**. vol. I. 9. ed. São Paulo : Millennium Editora, 2003. p. 10.

<sup>56</sup> CÂMARA, Alexandre Freitas. **Lições de direito processual civil**. 16. ed. Rio de Janeiro : Lúmen Júris, 2007. p. 91.

<sup>57</sup> DINAMARCO, Cândido Rangel. **Instituições de direito processual civil**. vol. I. 1. ed. São Paulo : Malheiros, 2004. p. 75.

## 2.7 REQUISITOS PARA CONCESSÃO DA ANTECIPAÇÃO DA TUTELA

O artigo 273 do Código de Processo Civil<sup>58</sup> estabelece um conjunto de requisitos que o juiz deve observar para conceder a antecipação dos efeitos da sentença, sendo essa a redação do referido artigo:

“Art.273 - O juiz poderá, a requerimento da parte, **antecipar, total ou parcialmente, os efeitos da tutela pretendida no pedido inicial**, desde que, existindo prova inequívoca, se convença da verossimilhança da alegação e:

I - haja fundado receio de dano irreparável ou de difícil reparação; ou

II - fique caracterizado o abuso de direito de defesa ou o manifesto propósito protelatório do réu.

§ 1º - Na decisão que antecipar a tutela, o juiz indicará, de modo claro e preciso, as razões do seu convencimento.

§ 2º - Não se concederá a antecipação da tutela quando houver perigo de irreversibilidade do provimento antecipado.

§ 3º A efetivação da tutela antecipada observará, no que couber e conforme sua natureza, as normas previstas nos arts. 588, 461, §§ 4o e 5o, e 461-A.

§ 4º - A tutela antecipada poderá ser revogada ou modificada a qualquer tempo, em decisão fundamentada.

§ 5º - Concedida ou não a antecipação da tutela, prosseguirá o processo até final julgamento.

§ 6º A tutela antecipada também poderá ser concedida quando um ou mais dos pedidos cumulados, ou parcela deles, mostrar-se incontroverso.

§ 7º Se o autor, a título de antecipação de tutela, requerer providência de natureza cautelar, poderá o juiz, quando presentes os respectivos pressupostos, deferir a medida cautelar em caráter incidental do processo ajuizado.” (grifou-se)

Pela leitura do dispositivo, observa-se que são requisitos comuns, para a concessão do instituto: a existência de requerimento do autor, a prova inequívoca e a verossimilhança das alegações.

---

<sup>58</sup> Vade Mecum / obra coletiva da Editora Saraiva com a colaboração de Antônia Luiz de Toledo Pinto. *et al.* 3. ed. p. 419.

Clara é a vedação à antecipação de tutela *ex officio*. Sendo pacífico esse entendimento<sup>59</sup>.

Ademais, o processo civil pátrio é fundado no princípio da demanda, o que veda a concessão de algo à parte que ela não tenha pleiteado<sup>60</sup>.

Quanto ao que seja prova inequívoca, há vários entendimentos, em alguns casos, contraditórios.

No ensinamento de Marinoni<sup>61</sup> prova inequívoca é aquela “capaz de convencer o juiz da ‘verossimilhança da alegação’, somente pode ser entendida como a ‘prova suficiente para o surgimento do verossímil’”.

No magistério de Theodoro Júnior<sup>62</sup> é “a aprova capaz, no momento processual, de autorizar uma sentença de mérito favorável à parte que invoca a tutela antecipada, caso pudesse ser a causa julgada desde logo”.

Contudo, para Gonçalves<sup>63</sup>:

“a prova inequívoca não é do direito, pois, se tal já existisse, o caso seria de julgamento antecipado da lide. Esse requisito assemelha-se ao *fumus boni juris*, necessário para a concessão das tutelas cautelares, em que também a cognição do juiz é feita com base em mera probabilidade”.

Pode-se concluir, então, que prova inequívoca é aquela que apresenta um grau de convencimento tamanho, que não deixe dúvidas quanto aos fatos alegados, ou seja, cuja autenticidade ou veracidade seja provável.

Por outra banda a verossimilhança da alegação refere-se ao juízo de convencimento a ser feito em torno dos fatos alegados pela parte que pretende a antecipação dos efeitos da sentença.

<sup>59</sup> DINAMARCO, Cândido Rangel. **Nova era do processo civil**. 1. ed. São Paulo : Malheiros, 2004. p. 79.

<sup>60</sup> CÂMARA, Alexandre Freitas. **Lições de direito processual civil**. 16. ed. Rio de Janeiro : Lúmen Júris, 2007. p. 470.

<sup>61</sup> MARINONI, Luiz Guilherme. **Manual de processo de conhecimento**. 3. ed. São Paulo : Revista dos Tribunais, 2004. p. 249.

<sup>62</sup> THEODORO JÚNIOR, Humberto. **Curso de direito processual civil**. vol. II. 40. ed. Rio de Janeiro : Forense, 2007. p. 681.

<sup>63</sup> GONÇALVES, Marcus Vinicius Rios. **Novo curso de direito processual civil**. vol. I. 2. ed. São Paulo : Saraiva, 2005. p. 295.

Ou seja, é um *plus* ao *fumus boni iuris*, necessário à concessão de medidas cautelares. É a probabilidade de existência do direito afirmado pelo demandante<sup>64</sup>.

Porém, tal entendimento não é pacífico, Dinamarco<sup>65</sup>, por exemplo, leciona que esses dois requisitos além de bastante vagos, são contraditórios, dizendo:

[...] dar passo ao sentido literal do texto, seria difícil interpretá-lo satisfatoriamente porque prova inequívoca é prova tão robusta que não permite equívocos ou dúvidas, infundindo no espírito do juiz o sentimento de certeza e não mera verossimilhança. Convencer-se da verossimilhança, ao contrário, não poderia significar mais do que imbuir-se do sentimento de que a realidade fática pode ser como a descreve o autor. Aproximadas as duas locuções formalmente contraditórias contidas no art. 273 do Código de Processo Civil (prova inequívoca e convencer-se da verossimilhança), chega-se ao conceito de probabilidade, portador de maior segurança do que a mera verossimilhança.

Alvim<sup>66</sup> esclarece o assunto:

[...] possível é o que pode ser verdadeiro, verossímil o que tem aparência de ser verdadeiro e provável o que se pode provar como verdadeiro. A verossimilhança refere-se à alegação do direito que decorreria da prova inequívoca; daí porque primeiro se investiga sobre a prova e, depois, sobre a probabilidade de ser o requerente da tutela antecipada vencedor na lide. É um juízo provável sobre o direito do autor, é o *fumus boni iuris* ou a aparência do alegado direito.

Vê-se que não há consenso acerca do assunto, sendo o dispositivo muito criticado pela doutrina<sup>67</sup>.

Mas, pode-se concluir, sem adentrar na contradição entre os dois requisitos, que a verossimilhança da alegação é a conformação das provas apontadas, com a

---

<sup>64</sup> CÂMARA, Alexandre Freitas. **Lições de direito processual civil**. p. 473.

<sup>65</sup> DINAMARCO, Cândido Rangel. **Instituições de direito processual civil**. vol. I. 1. ed. São Paulo : Malheiros, 2004. p. 34.

<sup>66</sup> ALVIM, Arruda. **Manual de direito processual civil**. 8. ed. São Paulo : Editora Revista dos Tribunais, 2003. v. II, p. 427

<sup>67</sup> GONÇALVES, Marcus Vinicius Rios. **Novo curso de direito processual civil**. vol. 1. 2. ed. São Paulo : Saraiva, 2005. p. 295.

afirmação do requerente, sendo, após essa análise (provas x alegações), perfeitamente possível e plausível o direito alegado.

Além do pedido de antecipação, da prova inequívoca e da verossimilhança da alegação, a lei ainda exige, alternativamente, uma das duas hipóteses previstas nos incisos I e II do artigo 273.

Segundo o inciso I do art. 273, para que a tutela seja concedida é preciso que haja *fundado receio de dano irreparável ou de difícil reparação*. Ou seja, é exatamente o chamado *periculum in mora*, também exigido nas medidas cautelares.

Porém, com ele não se confunde, eis que nas cautelares o perigo da demora poderá acarretar a inutilidade do processo, aqui o que se resguarda é o próprio autor *que se encontra em uma situação tal que não pode aguardar o desfecho do processo, sob pena de sofrer graves conseqüências*<sup>68</sup>.

Nesse sentido ensina Fidélis<sup>69</sup>, que “o prejuízo referido na lei não se confunde com o incômodo e a inconveniência decorrentes da marcha normal do processo, mas de situação anômala, particularíssima, relacionada com a parte especificamente.”

Assim, o ‘fundado receio’ incide sobre o estado de perigo em que se encontra a parte em consonância com o direito pleiteado, autorizando a concessão da tutela antecipada *inaudita altera pars*, ou seja, até mesmo antes da citação.

Há também a possibilidade de concessão da antecipação da tutela com base no inciso II do art. 273, quando houver o ‘abuso do direito de defesa ou o manifesto propósito protelatório do réu’.

Portanto, lógico que a ocorrência dessa hipótese pressupõe que o requerimento de antecipação da tutela, necessariamente, seja feito após a resposta do réu, pois, somente a partir dela que se poderia verificar a ofensa ao dever processual de lealdade e boa-fé.

---

<sup>68</sup> GONÇALVES, Marcus Vinicius Rios. **Novo curso de direito processual civil**. vol. 1. 2. ed. São Paulo : Saraiva, 2005. p. 296.

<sup>69</sup> SANTOS, Ernani Fidélis dos. **Manual de direito processual civil**. vol. I. p. 22.

Evidentemente, somente caberá a tutela antecipada como repressão à conduta, mesmo que omissiva, do réu que somente se observará após o prazo de resposta.

Aqui se tem maior evidência do principal escopo da antecipação da tutela que é uma forma de distribuição do ônus do tempo no processo, que não pode ser suportado exclusivamente pelo autor, eis que ao conceder a antecipação, o réu passa a ter interesse que o processo termine logo<sup>70</sup>.

É a espécie de antecipação da tutela que os doutrinadores denominaram de *antecipação-sanção*, visto que atua como castigo contra o abuso do direito de defesa, visualizada em defesas meramente protelatórias<sup>71</sup>.

O parágrafo segundo do artigo 273 considera vedada a antecipação da tutela em casos que ela for, de alguma forma, irreversível, estabelecendo que “o juiz não concederá a tutela antecipatória quando existir perigo de irreversibilidade do provimento”.

Ressalte-se que o provimento em si, nunca será irreversível, uma vez que provisório, podendo a qualquer tempo ser revogado, mas sim seus efeitos, que são as conseqüências de fato da implementação da medida<sup>72</sup>. Ou seja, a irreversibilidade poderá ser fática, mas nunca jurídica, visto que revogável a qualquer momento.

Câmara<sup>73</sup> leciona que a antecipação de tutela prevista no artigo 273 do código de processo civil somente pode ser concedida nos pleitos de tutelas condenatórias, eis que o instituto da antecipação é incompatível com as tutelas declaratórias e constitutivas.

O parágrafo terceiro do artigo 273 dispõe que a tutela antecipada será executada na forma prevista no artigo 588, II e III, do código de processo civil, ou seja, será tratada como uma execução provisória de sentença.

---

<sup>70</sup> GONÇALVES, Marcus Vinicius Rios. **Novo curso de direito processual civil**. vol. 1. 2. ed. São Paulo : Saraiva, 2005. p. 295.

<sup>71</sup> CÂMARA, Alexandre Freitas. **Lições de direito processual civil**. vol. I. 16. ed. Rio de Janeiro : Lúmen Júris, 2007. p. 471.

<sup>72</sup> GONÇALVES, Marcus Vinicius Rios. **Novo curso de direito processual civil**. vol. 1. 2. ed. São Paulo : Saraiva, 2005. p. 296.

<sup>73</sup> CÂMARA, Alexandre Freitas. **Lições de direito processual civil**. vol. I. 16. ed. Rio de Janeiro : Lúmen Júris, 2007. p. 475.



Ademais, saliente-se que o termo ‘poderá’, previsto no caput do art. 273, não traduz liberalidade ou discricionariedade do juiz, mas um dever do julgador, sendo-lhe obrigatório determinar a antecipação da tutela, uma vez preenchidos os requisitos exigidos.

Nesse sentido é o magistério de Theodoro Júnior<sup>74</sup>:

Não se trata de simples faculdade ou de mero poder discricionário do juiz, mas de um direito subjetivo processual que, dentro dos pressupostos rigidamente traçados pela lei, a parte tem o poder de exigir da Justiça, como parcela da tutela jurisdicional a que o Estado se obrigou.

Câmara<sup>75</sup> ensina da mesma forma:

[...] inexistente qualquer discricionariedade judicial, sendo dever do juiz conceder a tutela antecipatória nos casos em que se façam presentes os requisitos de sua concessão [...]

Denota-se, pelo conceito de antecipação da tutela e pela verificação de seus requisitos, que a sua concessão não pode ser mera faculdade do magistrado, visto que sua finalidade é maior do que um mero instituto procedimental. Ela é garantia de efetividade do direito fundamental da tempestividade da tutela jurisdicional.

## 2.8 ESCOPOS DA ANTECIPAÇÃO DA TUTELA

O direito processual civil passou por várias fases<sup>76</sup>. Atualmente, na fase instrumentalista, as preocupações dos processualistas direcionam-se à efetividade do processo como instrumento da tutela de direitos.

---

<sup>74</sup> THEODORO JÚNIOR, Humberto. **Curso de direito processual civil**. vol. II. 40. ed. Rio de Janeiro : Forense, 2007. p. 676.

<sup>75</sup> CÂMARA, Alexandre Freitas. **Lições de direito processual civil**. vol. I. 16. ed. Rio de Janeiro : Lúmen Júris, 2007. p. 469.

Essa busca constante da efetividade e do processo de resultado, exige do interprete a adequação do direito processual ao caso concreto e de forma efetiva, visto que não são raras as pretensões que, por estarem envolvidas em situações de perigo, exigem tutela urgente<sup>77</sup>.

Por outro lado, se verifica forte tendência legislativa em dotar o sistema processual de meios mais adequados para satisfazer as exigências constitucionais de um verdadeiro e justo acesso à justiça.

Nesse panorama, surge o instituto da antecipação dos efeitos da tutela. Contudo, a criação do instituto teria um propósito maior do que adequar o procedimento à melhor técnica. Ele foi criado para servir de verdadeiro guardião do princípio da inafastabilidade<sup>78</sup> da proteção jurisdicional, inserto no artigo 5º, XXXV, da Constituição da República<sup>79</sup>:

XXXV - a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito;

Portanto, a antecipação da tutela surge no bojo das tutelas diferenciadas, com o intuito de efetivar a exigência constitucional de tutela jurisdicional adequada protegendo o bem da vida pretendido, quando este se encontra exposto à dano de difícil ou impossível reparação.

Percebe-se, assim, que é semelhante ao *periculum in mora* da tutela cautelar, entretanto, neste caso, protegendo o bem da vida relacionado com a situação fática do demandante e não protegendo a utilidade do processo ou eficácia da futura sentença de mérito.

Ela surge, também, com a finalidade de desembaraçar a prestação jurisdicional, com base no mesmo princípio constitucional, ou seja, da inafastabilidade da tutela jurisdicional.

---

<sup>76</sup> CINTRA, Antônio Carlos de Araújo. *et al. Teoria geral do processo*. 20. ed. São Paulo : Malheiros, 2004. p. 42.

<sup>77</sup> MARINONI, Luiz Guilherme. *Tutela cautelar e tutela antecipatória*. São Paulo : Revista dos Tribunais, 1992. p. 87.

<sup>78</sup> *Idem. ibidem*. p. 90.

<sup>79</sup> Vade Mecum / obra coletiva da Editora Saraiva coma colaboração de Antônia Luiz de Toledo Pinto. *et al.* 3. ed. p. 9.

Assim, desde a Emenda Constitucional 45/2004, é atualíssima a finalidade do instituto em relação à diminuição da morosidade da função jurisdicional, prevista no artigo 5º, LXXVIII, da Constituição da República<sup>80</sup>:

LXXVIII - a todos, no âmbito judicial e administrativo, são assegurados a razoável duração do processo e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação.

Por outro lado, com característica de sanção processual<sup>81</sup>, tem finalidade de elidir as defesas manifestamente protelatórias, porque, com a antecipação dos efeitos da sentença, é de interesse de ambas as partes a solução do conflito.

A celeridade do procedimento após a antecipação da tutela é *extreme de dúvidas*, pois alcançado à parte demandante o bem da vida, que será o mesmo que ela pretende obter mediante o julgamento final da causa, ou parte dela, o demandado, que ficou sem tal bem, também terá interesse em resolver a lide de forma mais rápida possível<sup>82</sup>.

De outra banda, a apresentação de defesas com o único propósito de protelar a entrega da prestação jurisdicional, revela a evidência da pretensão<sup>83</sup>.

Deste modo, vê-se que mesmo que a criação do instituto da antecipação da tutela date de mais de uma década, a discussão em torno do assunto se mantém atual, tanto dos estudiosos do tema quanto do legislador.

Denota-se que é necessária uma adequação, uma re-visitação dos institutos processuais (ou adaptando, ou reformulando os institutos tradicionais) ou concebendo novos institutos, sempre com a preocupação de fazer com que o processo tenha plena e total aderência à realidade sócio-jurídica a que se destina, cumprindo sua primordial vocação que é a de servir de instrumento à efetiva realização dos direitos<sup>84</sup>.

---

<sup>80</sup> Vade Mecum / obra coletiva da Editora Saraiva com a colaboração de Antônia Luiz de Toledo Pinto. *et al.* 3. ed. p. 10

<sup>81</sup> CÂMARA, Alexandre Freitas. **Lições de direito processual civil**. vol. 1. 16. ed. Rio de Janeiro : Lúmen Júris, 2007. p. 475.

<sup>82</sup> DINAMARCO, Cândido Rangel. **A nova era do direito processual civil**. 1. ed. São Paulo : Malheiros, 2004. p. 54.

<sup>83</sup> CÂMARA, Alexandre Freitas. **Lições de direito processual civil**. vol. 1. 16. ed. Rio de Janeiro : Lúmen Júris, 2007. p. 475.

<sup>84</sup> WATANABE, kazuo. **Da cognição no processo civil**. 2. ed. Campinas : Bookseller, 2000. p. 20.

Contudo, para que a antecipação da tutela alcance seu desiderato não é necessária somente alteração legislativa, mas depende, principalmente, da postura mental dos operadores do direito.

É indispensável a consciência de que o processo não é mero instrumento técnico, mas um poderoso instrumento ético destinado a servir a sociedade e ao Estado<sup>85</sup>.

Com essa finalidade é que foram criados os juizados especiais pelo legislador constituinte.

---

<sup>85</sup> CINTRA, Antônio Carlos de Araújo. *et al.* **Teoria geral do processo**. 20. ed. São Paulo : Malheiros, 2004. p. 45.

### 3 Do Juizado Especial Cível

A sociedade brasileira há muito clama por um judiciário célere, descomplicado e efetivo, que atenda as demandas a ele proposta em tempo razoável e de forma justa.

Em face disso, o legislador procura dinamizar as leis processuais. É possível visualizar essa tentativa pela reforma processual de 1994, pela criação dos Juizados Especiais e, mais recentemente, pela onda de leis que alteraram o Código de Processo Civil.

Os reclames dos cidadãos e da comunidade jurídica sensibilizaram o legislador constituinte, que fez conter, no artigo 98, I, da Constituição Federal<sup>86</sup>, a seguinte disposição:

Art. 98. A União, no Distrito Federal e nos Territórios, e os Estados criarão:

I – juizados especiais, providos por juízes togados, ou togados e leigos, competentes para a conciliação, o julgamento e a execução de causas cíveis de menor complexidade e infrações penais de menor potencial ofensivo, mediante os procedimentos oral e sumaríssimo, permitidos, nas hipóteses previstas em lei, a transação e o julgamento de recursos por turmas de juízes de primeiro grau;

Dando efetividade ao comando constitucional supra-transcrito, foi sancionada no dia 26 de setembro de 1995, a Lei n. 9.099.

---

<sup>86</sup> Vade Mecum / obra coletiva da Editora Saraiva com a colaboração de Antônio Luiz de Toledo Pinto. *et al.* 3. ed. p. 37.

Tal Lei modificou os Juizados Especiais de Pequenas Causas, instituído pela Lei n. 7.244/84.

Os juizados especiais de pequenas causas tinham competência para o processo e julgamento de causas cíveis de reduzido valor econômico, mas não abrangiam as infrações penais de menor potencial ofensivo. Necessitando, assim, de atualização legislativa para atender ao disposto na Constituição da República.

Foi intensa a discussão à época da aprovação da Lei, como veremos a seguir em um breve resumo histórico.

### 3.1 RESUMO HISTÓRICO

A fim de atender ao referido dispositivo constitucional foram apresentados, na Câmara dos Deputados seis principais Projetos de Lei regulamentando o art. 98, I, da Constituição Federal<sup>87</sup>.

Desses projetos, quatro foram rejeitados pelo relator, restaram os Projetos Michel Temer (Juizados Especiais Criminais) e Nelson Jobim (Juizados Especiais Cíveis e Criminais)<sup>88</sup>.

O Projeto Jobim foi fruto do trabalho do Ministro do Superior Tribunal de Justiça Rui Rosado de Aguiar Júnior, à frente de um Grupo de Estudos organizados na Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, e aborda, no mesmo Projeto, os Juizados Especiais Cíveis e os Juizados Especiais Criminais<sup>89</sup>.

O Projeto Temer foi fruto de estudos levados a cabo por diversos juristas paulistas, com a contribuição substancial, na fase de revisão, de Ada Pellegrini

---

<sup>87</sup> VARGAS, João Protásio Farias Domingues de. **As inovações dos Juizados Especiais Cíveis**. p. 01-02.

<sup>88</sup> *Idem*. *Ibidem*. p. 01-02.

<sup>89</sup> *Idem*. *Ibidem*. p. 01-02

Grinover, da Universidade de São Paulo, e aborda apenas os Juizados Especiais Criminais<sup>90</sup>.

O relator do projeto de lei Abi-Ackel justapôs o Projeto Temer na estrutura interna do Projeto Jobim e substituiu a parte criminal deste por aquele, sem razão aparente<sup>91</sup>, resultando na Lei n. 9.099/95. Ressalte-se, que os estudos feitos à época que originaram os vários projetos, foram frutos da importância da inserção do comando na Constituição, vez que tornou sua criação obrigatória, consoante o disposto no artigo 98, I.

Essa importância dada pelos constitucionalistas adveio de uma grande aceitação da lei 7.244, de 07 de novembro de 1984, que criou os Juizados Especiais de Pequenas Causas.

Contudo, o constituinte derivado constatou a necessidade de tornar a implantação dos juizados obrigatória, eis que mesmo com toda a aceitação popular e doutrinária como a instalação desses Juizados não era obrigatória, mas sim facultada aos Estados e Distrito Federal (artigo 1º da Lei 7.244/84) em alguns lugares eles não chegaram a funcionar.

Por outro lado, por estarem previstos na Constituição, é grande a importância dos Juizados Especiais, porque a inserção de um instituto na Carta Magna lhe confere um crédito enorme revestindo-o contra atos não somente do legislador, mas também contra atos dos operadores do direito, obrigando esses a interpretação em consonância com os fundamentos constitucionais.

Esse breve histórico legislativo do projeto de lei nos dá uma visão mais ampla das discussões à época, auxiliando, assim, a captar a verdadeira vontade do legislador, a ideologia essencial do micro-sistema.

---

<sup>90</sup> VARGAS, João Protásio Farias Domingues de. **As inovações dos Juizados Especiais Cíveis**. p. 01-02.

<sup>91</sup> *Idem*. *Ibidem*. p. 01-02

### 3.2 DA IDEOLOGIA

O juizado especial busca o acesso irrestrito do indivíduo à jurisdição, principalmente financeira, por oferecer justiça gratuita para qualquer indivíduo, por não exigir o patrocínio por advogado em determinadas causas em virtude do valor e a celeridade na prestação jurisdicional – em face de seu procedimento diversificado e simplificado, bem como por adotar princípios e critérios como a oralidade, simplicidade, informalidade, economia processual e celeridade elencados no art. 2º da Lei 9.099/95<sup>92</sup>.

O juizado especial foi criado para garantir o acesso ao poder judiciário de inúmeras causas de pequeno valor econômico antes não ajuizadas. Visto que para essas demandas simples, não há como o interessado suportar o custo e a lentidão do procedimento ordinário<sup>93</sup>.

E, também, para absolver uma grande gama de conflitos nunca alcançados pela jurisdição comum, particularmente os modernos conflitos peculiares à civilização moderna, identificados como conflitos urbanos de massa<sup>94</sup>.

Assim, sua criação não está ligada ao desafogamento da justiça ordinária, mas a efetividade da garantia constitucional inserta no inciso LXXV, do art. 5º, ou seja, o pleno acesso à Justiça.

Para o Ministro Fux<sup>95</sup>:

[...] os Juizados surgem para atuar sobre essa gama de conflitos até então ignorada pelo Estado, oferecendo uma possibilidade de mitigação pelo Poder Judiciário, sem que com isso tenha que submetê-los ao sistema processual vigente que, como é notório, não tem capacidade para absorvê-los, uma vez que impor a essas pessoas o modo tradicional de solução dos conflitos é o mesmo que negar a elas o direito de exigir do Estado que lhes preste jurisdição.

<sup>92</sup> WATANABE, Kasuo. **Os Juizados Especiais- Estudo**. Ministério da Justiça. Distrito Dederal : Articor Gráfica e Editora Ltda, 2006. p. 11-13.

<sup>93</sup> BASTOS, Márcio Thomaz. **Os Juizados Especiais- Estudo**. Ministério da Justiça. Distrito Dederal : Articor Gráfica e Editora Ltda, 2006. p. 11-13.

<sup>94</sup> SILVA, Olívio Baptista da. **Juizado de pequenas causas**. RT/Fasc. 1-cível. Ano 74. v. 598. Ago/85. p. 14.

<sup>95</sup> FUX, Luiz. **A ideologia dos juizados especiais**. Revista de processo, abri./jun. 1997, vol. 22, n. 86, p. 204-214.



Por outro lado sua função social é relevante, eis que com a previsão de implantação em locais estratégicos, os Juizados Especiais visam aproximar o cidadão do poder judiciário, a fim de facilitar o acesso físico, mas também visa desmistificar a função jurisdicional tirando-a dos palácios da Justiça.

Além disso, sua função pedagógica, educativa, da prática judiciária se afigura como uma das mais importantes da instituição do Juizado Especial Cível, visto que criará o hábito da defesa dos direitos. O que, certamente, não aconteceria na justiça ordinária<sup>96</sup>.

Desta feita a instituição do Juizado Especial Cível busca um ideal de Justiça. Uma Justiça pacificadora dos conflitos sociais e não uma Justiça enclausurada dentro dos palácios; uma Justiça que busca incessantemente a efetividade do processo, ou seja, voltada à observação quanto ao correto cumprimento da finalidade da jurisdição através do processo; vale dizer: resposta judicial tempestiva, adequada e justa<sup>97</sup>.

Para atingir esse ideal de Justiça o legislador dotou o juizado especial de princípios próprios que pudessem dar agilidade ao procedimento, concentrando os atos processuais, desburocratizando-os com a permissão de atos verbais, dotando os Juízes de maiores poderes, vedando a nulidade exceto em casos de prejuízos à parte adversa, primando pela resolução dos conflitos pela mediação do conciliador.

### 3.3 DOS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS DO PROCESSO

Princípio é algo que serve para alicerçar uma ciência, ou no dizer de Reale<sup>98</sup>, “toda forma de conhecimento filosófico ou científico implica a existência de

---

<sup>96</sup> SILVA, Olívio Baptista da. **Juizado de pequenas causas**. RT/Fasc. 1-cível. Ano 74. v. 598. Ago/85. p. 16.

<sup>97</sup> FUX, Luiz. **Juizados especiais: um sonho de justiça**. Revista de Processo, São Paulo, abri./jun. 1998, n. 90, p. 151-158.

<sup>98</sup> REALE, Miguel. **Lições preliminares do direito**. 25. ed. São Paulo: Saraiva, 2001. p. 305.

princípios, isto é, de certos enunciados lógicos admitidos como condição ou base de validade das demais asserções que compõe dado campo do saber”.

Ainda seguindo o raciocínio de Reale<sup>99</sup>, “os princípios são elementos fundantes da experiência jurídica e podem consubstanciar-se em exigências de ordem ética, sociológica, política, ou de caráter técnico”.

O magistério de Bonavides<sup>100</sup> vai ao mesmo sentido, afirmando que os princípios “são verdades objetivas, nem sempre pertencentes ao mundo do ser, senão do dever-ser, que na qualidade de normas jurídicas, são dotadas de vigência, validade e obrigatoriedade”.

O constitucionalista português Canotilho<sup>101</sup>, em uma longa explanação sobre as diferenças entre normas, princípios e regras conclui que princípios são:

[...] normas jurídicas impositivas de uma otimização, compatíveis com vários graus de concretização, consoante os condicionalismos fácticos e jurídicos; as regras são normas que prescrevem imperativamente uma exigência (impõem, permitem ou proíbem) que é ou não é cumprida; a convivência dos princípios é conflitual; a convivência de regras é antinómica. Os princípios coexistem; as regras antinómicas excluem-se; [...]

Assim, vê-se que os princípios são normas de caráter geral que exprimem uma verdade jurídica universal, concorrendo para formar, num dado momento histórico, o tecido do ordenamento jurídico.

Por outro lado, é pacífico, e nada mais lógico, que o ordenamento jurídico, no caso brasileiro, seja analisado e interpretado em consonância com os preceitos constitucionais.

---

<sup>99</sup> REALE, Miguel. **Lições preliminares do direito**. 25. ed. São Paulo: Saraiva, 2001. p. 305.

<sup>100</sup> BONIVADES, Paulo. **Curso de direito constitucional**. 17. ed. São Paulo : Malheiros, 2004. p. 106.

<sup>101</sup> CANOTILHO, José Joaquim Gomes. **Direito constitucional**. 6. ed. Coimbra : Almedina, 1993. p 168-169.

Por sua vez os princípios constitucionais, consistem num conjunto de normas eleitas pelo constituinte como fundamento da ordem jurídica, de modo que passam a espelhar a ideologia da Constituição, seus postulados básicos e seus fins<sup>102</sup>.

Desse modo, pode-se afirmar que os princípios constitucionais são os fundamentos da ordem jurídica e, assim, consubstanciando-se em premissas maiores do ordenamento jurídico que se irradiam por todo o sistema.

E como a Lei n. 9.099/95 está inserta nesse sistema, deve ser igualmente interpretada conforme os princípios constitucionais. Da mesma forma que, o escopo da jurisdição deve ser visualizado em consonância com os objetivos da República.

Entretanto, para se verificar os princípios informadores do Juizado Especial Cível, faz-se necessário analisar também os princípios processuais insertos na Carta Magna, uma vez que eles têm um cunho político-ideológico, que constituem as verdadeiras premissas de toda a ciência processual<sup>103</sup>.

Desses é importante mencionar, sucintamente, os que seguem relacionados.

### 3.3.1 Princípio da Isonomia

O princípio da igualdade ou da isonomia esta consagrado na Constituição da República<sup>104</sup> no *caput*, do artigo 5º, que diz:

Art. 5º- Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, [...]

---

<sup>102</sup> SILVA, José Afonso da. **Curso de direito constitucional positivo**. 26. ed. São Paulo : Malheiros, 2005.p. 93.

<sup>103</sup> GONÇALVES, Marcus Vinicius Rios. **Novo curso de direito processual civil**. vol. 1. 2. ed. São Paulo : Saraiva, 2005. p.

26.

<sup>104</sup> Vade Mecum / obra coletiva da Editora Saraiva coma colaboração de Antônia Luiz de Toledo Pinto. *et al*. 3. ed. p. 7.

Por este princípio o legislador constitucional revela a preocupação com as discriminações da natureza humana. E por ele estabelece uma igualdade formal perante a lei, garantindo às partes do processo tratamento igualitário.

Na mesma direção o magistério de Câmara<sup>105</sup>:

A isonomia (ou igualdade) esta intimamente ligada à idéia de processo justo – isto é, de devido processo legal -, eis que este exige necessariamente um tratamento equilibrado entre os seus sujeitos. ... A falsa idéia de que todos são iguais e, por isso, merecem o mesmo tratamento é contrária a adequada aplicação do princípio da isonomia. As diversidades existentes entre as pessoas devem ser respeitadas para que a garantia da igualdade, mais do que meramente forma, seja uma garantia substancial. ... o princípio da isonomia só estará sendo adequadamente respeitado no momento em que se garantir aos sujeitos do processo que estes ingressarão no mesmo em igualdade de armas, ou seja, em condições equilibradas.

Assim, como existe muita desigualdade, seja ela econômica, social, ou técnica é que muitas normas são elaboradas a fim de se obter a chamada igualdade substancial, eis que o tratamento desigual dos casos desiguais, na medida em que se desigualam, é exigência tradicional do próprio conceito de justiça<sup>106</sup>.

Porém, como o legislador não pode prever todas as possibilidades de desigualdade, é importante o intérprete do princípio se atente para que seja respeitada a igualdade entre as partes<sup>107</sup>.

Dinamarco<sup>108</sup> vai além ao afirmar que cabe ao legislador e ao juiz:

[...] a dúplice responsabilidade de não criar desigualdades e de neutralizar as que porventura existam. Tal é o significado da fórmula tratar com igualdade os iguais e desigualmente os desiguais, na medida das desigualdades. A leitura adequada do art. 125, inc. I, do Código de Processo Civil, mostra que ele inclui entre os **deveres primários do juiz a prática e preservação da igualdade entre as partes, ou seja: não basta agir com igualdade em relação a todas as**

<sup>105</sup> CÂMARA, Alexandre Freitas. **Lições de direito processual civil**. 16. ed. Rio de Janeiro : Lúmen Júris, 2007. p. 42.

<sup>106</sup> MORAES, Alexandre de. **Direito Constitucional**. 15. ed. São Paulo : Atlas, 2004. p. 66.

<sup>107</sup> GONÇALVES, Marcus Vinicius Rios. **Novo curso de direito processual civil**. vol. 1. 2. ed. São Paulo : Saraiva, 2005. p. 27.

<sup>108</sup> DINAMARCO, Cândido Rangel. **Instituições de direito processual civil**. vol. I. 1. ed. São Paulo : Malheiros, 2004. p. 98.

**partes, é também indispensável neutralizar desigualdades.** (grifou-se)

Desta feita, tal princípio veda quaisquer tratamentos diferenciados às partes que estão em equilíbrio e impõe ao intérprete a obrigação de tratamento distinto aos desiguais na medida de suas diferenças.

### 3.3.2 Princípio do Contraditório

Talvez o mais importante princípio, corolário do devido processo legal e, que abrange o procedimento judicial e o administrativo, consoante disposto no inciso LV, do artigo 5º constitucional<sup>109</sup>:

LV- aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes;

O contraditório é essência do processo, visto que este somente existe quando da citação da parte adversa, ademais todos os procedimentos são criados sempre o respeitando, pois as partes impreterivelmente deverão ter ciência do que ocorre no processo, com a devida oportunidade de reação<sup>110</sup>.

Conforme preleciona Câmara<sup>111</sup>, do ponto de vista estritamente jurídico, o princípio do contraditório, pode ser definido “como a garantia de ciência bilateral dos atos e termos do processo com a conseqüente possibilidade de manifestação sobre os mesmos”.

Mas, do ponto de vista social, a importância do contraditório é, segundo a definição de Dinamarco<sup>112</sup>:

<sup>109</sup> Vade Mecum / obra coletiva da Editora Saraiva com a colaboração de Antônio Luiz de Toledo Pinto. *et al.* 3. ed. p. 10.

<sup>110</sup> GONÇALVES, Marcus Vinicius Rios. **Novo curso de direito processual civil**. vol. 1. 2. ed. São Paulo : Saraiva, 2005. p. 30.

<sup>111</sup> CÂMARA, Alexandre Freitas. **Lições de direito processual civil**. 16. ed. Rio de Janeiro : Lúmen Júris, 2007. p. 52.

<sup>112</sup> DINAMARCO, Cândido Rangel. **Instituições de direito processual civil**. vol. I. 1. ed. São Paulo : Malheiros, 2004. p. 98.

[...] binômio informação-reação, com a ressalva de que, embora a primeira seja absolutamente necessária sob pena de ilegitimidade do processo e nulidade de seus atos, a segunda é somente possível. Esse é, de certo modo, um culto ao valor da liberdade no processo, podendo a parte optar entre atuar ou omitir-se segundo sua escolha. No processo de conhecimento, o réu que não oferece contestação considera-se revel e a lei, legitimamente, endereça-lhe a pesada sanção consistente em mandar que em princípio o juiz tome por verdadeiras todas as alegações verossímeis feitas pelo autor em matéria de fato (CPC, art. 319). (grifou-se)

Assim, vê-se que o contraditório é pressuposto de existência do processo desde que nele exista litigantes ou acusados, devendo sempre a parte adversa ser citada da ação para que tenha a possibilidade de defesa, além de garantir-se a oportunidade para que as partes possam sustentar suas razões, produzir provas, ou seja influir sobre a formação do convencimento do magistrado<sup>113</sup>.

### 3.3.3 Princípio do Acesso à Justiça

Essa garantia constitucional, já tradicional no Brasil, foi ampliada pela Constituição de 1988, uma vez que englobou a prevenção, ou seja, a ameaça à direito, conforme dicção do inciso XXXV, do artigo 5º<sup>114</sup>:

XXXV - a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão **ou ameaça a direito**;  
(grifou-se)

Mesmo que a Constituição de 1988 tenha ampliado a abrangência da garantia de acesso à Justiça, abrangendo também a “ameaça a direito”, ela não foi imune de críticas<sup>115</sup> em face da forma indireta que foi introduzida – “a lei não excluirá da apreciação do poder judiciário lesão ou ameaça a direito”.

<sup>113</sup> CINTRA, Antônio Carlos de Araújo. *et al. Teoria geral do processo*. 20. ed. São Paulo : Malheiros, 2004. p. 84.

<sup>114</sup> Vade Mecum / obra coletiva da Editora Saraiva coma colaboração de Antônia Luiz de Toledo Pinto. *et al.* 3. ed. p. 9.

<sup>115</sup> LENZA, Pedro. *Direito constitucional esquematizado*. 8. ed. São Paulo : Método, 2005. p. 490.

Contudo, mesmo com críticas a forma indireta de introdução dessa garantia, ele positivou um conceito muito mais amplo, ou seja, protegendo quaisquer “direitos”.

Em face disso, tal princípio vem sendo entendido de forma cada vez mais ampla, tendo em vista a nova hermenêutica constitucional que se assenta em um modelo de princípios, aplicáveis mediante ponderação, cabendo ao intérprete proceder a interação entre fato e norma e realizar escolhas fundamentadas, dentro das possibilidades e limites oferecidos pelo sistema jurídico, visando a solução justa para o caso concreto<sup>116</sup>.

Assim, o processo deve ser manipulado de modo a propiciar às partes o acesso a uma ordem jurídica justa, ou seja, a inafastabilidade do controle jurisdicional é o poder-dever de solucionar o conflito de interesses da forma mais justa a ambos os litigantes<sup>117</sup>.

Isso porque, segundo a doutrina de Watanabe<sup>118</sup>:

[...] a problemática do acesso à Justiça não pode ser estudada nos acanhados limites do acesso aos órgãos judiciais já existentes. **Não se trata de apenas possibilitar acesso à Justiça enquanto instituição estatal, e sim de viabilizar o acesso à ordem jurídica justa.** (grifou-se)

Dessa forma, a garantia constitucional do acesso à Justiça deve ser interpretada e aplicada de forma muito mais ampla do que o simples ajuizamento de ações, eis que, como já afirmado, o escopo da jurisdição esta amoldado aos objetivos da República.

E, os objetivos da República somente serão alcançados com solução dos conflitos rapidamente, com qualidade e eficácia, observando os princípios humanos e éticos em busca da pacificação e garantia da justiça social.

---

<sup>116</sup> BARROSO, Luís Roberto. **O direito constitucional e a efetividade de suas normas**. 7. ed. Rio de Janeiro : Renovar, 2003. p. 327.

<sup>117</sup> CINTRA, Antônio Carlos de Araújo. *et al.* **Teoria geral do processo**. 20. ed. São Paulo : Malheiros, 2004. p. 33.

<sup>118</sup> *Apud.* LENZA, Pedro. **Direito constitucional esquematizado**. 8. ed. São Paulo : Método, 2005. p. 490.

Nessa direção também é o magistério de Dinamarco, Cintra e Grinover<sup>119</sup> que ensinam:

**O acesso à Justiça é, pois, a idéia central a que converge toda a oferta constitucional** e legal desses princípios e garantias. Assim, a) oferece-se a mais ampla admissão de pessoas e causas; b) a observância do devido processo legal; c) participação intensa da formação do convencimento do juiz que irá julgar a causa; d) podendo exigir dele a efetividade de uma participação em diálogo, tudo isso com vistas a preparar uma solução que seja justa, seja capaz de eliminar todo resíduo de insatisfação. Eis a dinâmica dos princípios e garantias do processo, na sua interação teleológica apontada para a pacificação com justiça. (grifou-se)

Contudo, uma nova corrente processualista, acompanhada pelo professor Câmara<sup>120</sup>, leciona que essa garantia deve ser entendida como “uma garantia substancial, assegurando-se assim a todos aqueles que se encontrem como titulares de uma posição jurídica de vantagem e que possam obter uma verdadeira e efetiva tutela jurídica a ser prestada pelo Judiciário”.

Nesse modo de ver o acesso à Justiça, fica caracterizada a obrigatoriedade de se tutelar efetivamente as posições jurídicas de vantagem - que nada mais é do que o direito subjetivo do demandante - em sua extensão. Devendo, o resultado do processo, assegurar exatamente o que a parte faz jus, segundo o ordenamento e, isso, com o mínimo dispêndio de tempo e energia.

Câmara<sup>121</sup> vai além, asseverando ainda que:

[...] a constituição nos garante o direito de acesso ao Judiciário, a tal direito deve corresponder, um dever jurídico, o dever do Estado de tutelar as posições jurídicas de vantagem que estejam realmente sendo lesadas ou ameaçadas. **Tal tutela deve ser prestada pelo Estado, porém, não pode ser meramente formal, mas verdadeiramente capaz de assegurar efetividade ao direito material lesado ou ameaçado para o qual se pretende proteção.** (grifou-se)

<sup>119</sup> CINTRA, Antônio Carlos de Araújo. *et al. Teoria geral do processo*. 20. ed. São Paulo : Malheiros, 2004. p. 35.

<sup>120</sup> CÂMARA, Alexandre Freitas. *Lições de direito processual civil*. 16. ed. Rio de Janeiro : Lúmen Júris, 2007. p. 36.

<sup>121</sup> *Idem. Ibidem.* p. 50.



Para o autor<sup>122</sup>, o princípio da inafastabilidade do controle jurisdicional:

[...] tem como corolário o direito, por ele assegurado, à tutela jurisdicional adequada, devendo ser considerada inconstitucional qualquer norma que impeça o Judiciário de tutelar de forma efetivar os direitos lesados ou ameaçados que a ele são levados em busca de proteção.

Assim, deve-se buscar incessantemente assegurar as posições jurídicas de vantagem e efetivamente fazer cessar as lesões e ameaças de lesões à quaisquer bens da vida.

Na esteira desse entendimento, a leitura dessa garantia constitucional não pode jamais ser feita de modo restritivo, como simples ajuizamento de ações, mas sim, de modo ampliado garantindo ao jurisdicionado a efetiva proteção pretendida.

### 3.3.4 Princípio do Devido Processo Legal

O princípio do devido processo legal inserto no inciso LIV, do artigo 5º, da Constituição da República, estabelece que ninguém será privado da liberdade ou de seus bens sem o devido processo legal<sup>123</sup>.

Esta garantia fundamental ao estado democrático de direito teve origem no direito positivo pátrio com a sua inserção na Constituição de João Sem Terra, do ano de 1.215, em que se ressaltava a proteção no âmbito do processo penal<sup>124</sup>.

Tal princípio engloba os acima expostos, ou seja, é um conjunto de garantias constitucionais que asseguram as partes o exercício de suas faculdades

---

<sup>122</sup> CÂMARA, Alexandre Freitas. **Lições de direito processual civil**. 16. ed. Rio de Janeiro : Lúmen Júris, 2007. p. 51.

<sup>123</sup> Vade Mecum / obra coletiva da Editora Saraiva coma colaboração de Antônia Luiz de Toledo Pinto. *et al.* 3. ed. p. 10.

<sup>124</sup> GONÇALVES, Marcus Vinicius Rios. **Novo curso de direito processual civil**. vol. 1. 2. ed. São Paulo : Saraiva, 2005. p. 36.

processuais em processo judicial ou administrativo, principalmente o contraditório e a ampla defesa, com todos os meios e recursos a ela inerentes<sup>125</sup>.

Contudo, as garantias decorrentes desse princípio (contraditório e ampla defesa e os meios e recursos a elas inerente) não servem apenas aos interesses das partes, mas, antes de tudo, salvaguardam a própria jurisdição, eis que esta utiliza-se da ferramenta – processo, para alcançar seu objetivo, a pacificação social<sup>126</sup>.

Nessa direção o magistério de Gonçalves<sup>127</sup>, para quem o princípio do devido processo legal:

[...] constitui autolimitação ao poder estatal, que não pode editar normas que ofendam a razoabilidade e afrontem as bases do regime democrático. Em sentido processual, o princípio **obriga a que se respeitem as garantias processuais e as exigências necessárias para a obtenção de uma sentença justa.** (grifou-se)

Por outro lado, Ferreira<sup>128</sup> aponta que o princípio do devido processo legal tem duas facetas, a formal e a material. A formal é aquela que esta positivada no inciso LIV, do artigo 5º constitucional. E a faceta material decorre da interpretação desse dispositivo com o inciso I do artigo 3º, da onde se extrai os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade. Esses são inafastáveis, considerando-se que o Direito tem conteúdo justo.

### 3.3.5 Princípio do duplo grau de jurisdição

Esse princípio decorre de uma interpretação sistemática da Constituição, uma vez que não está expresso. Entretanto, como nossa Carta Magna prevê a

<sup>125</sup> LENZA, Pedro. **Direito constitucional esquematizado**. 8. ed. São Paulo : Método, 2005. p. 505-506.

<sup>126</sup> CINTRA, Antônio Carlos de Araújo. *et al.* **Teoria geral do processo**. 20. ed. São Paulo : Malheiros, 2004. p. 82.

<sup>127</sup> GONÇALVES, Marcus Vinicius Rios. **Novo curso de direito processual civil**. vol. 1. 2. ed. São Paulo : Saraiva, 2005. p.

37.

<sup>128</sup> *Apud.* LENZA, Pedro. **Direito constitucional esquematizado**. 8. ed. São Paulo : Método, 2005. p. 507.

existência de tribunais para o julgamento de recurso interposto contra as decisões judiciais, bem como seu artigo 5º, inciso LV<sup>129</sup>, reza:

LV- aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes;

Consoante magistério de Greco Filho<sup>130</sup>, a estrutura do judiciário é “escalonada em graus de jurisdição, afirmando o texto constitucional em várias passagens a competência dos tribunais para julgar *em grau de recurso*, daí a natural consequência de que, em princípio, as decisões não devem ser únicas”.

Portanto, uma interpretação sistemática leva a entender que o duplo grau de jurisdição é, também, um dos princípios processuais fundamentais da Constituição.

Para Dinamarco, Cintra e Grinover<sup>131</sup> “o princípio do duplo grau de jurisdição funda-se na possibilidade de a decisão de primeiro grau ser injusta ou errada, daí decorrendo a necessidade de permitir sua reforma em grau de recurso”.

O duplo grau se revela necessário por vários motivos: 1) para que o ato estatal tenha controle; 2) para que os magistrados tenham maiores cuidados no julgamento visto que a decisão poderá ser revista na instância superior; 3) a decisão tomada por um número maior de juízes, e juízes mais experientes, oferece maior segurança<sup>132</sup>.

Porém, princípio não é absoluto, uma vez que somente se efetiva com a apresentação de recurso pelo vencido, ou seja, a não ser nos casos de recurso necessário, sempre haverá necessidade de nova provocação.

Por outro lado há, também, as hipóteses de competência originária do Supremo Tribunal Federal, às quais não existe possibilidade de recurso.

---

<sup>129</sup> Vade Mecum / obra coletiva da Editora Saraiva com a colaboração de Antônio Luiz de Toledo Pinto. *et al.* 3. ed. p. 10.

<sup>130</sup> GRECO FILHO, Vicente. **Direito processual civil brasileiro**. vol. 1. 18. ed. São Paulo : Saraiva, 2005. p. 50.

<sup>131</sup> CINTRA, Antônio Carlos de Araújo. *et al.* **Teoria geral do processo**. 20. ed. São Paulo : Malheiros, 2004. p. 74.

<sup>132</sup> *Idem. Ibidem.* p. 74 e 75.

### 3.3.6 Princípio da Tempestividade da Tutela Jurisdicional

O princípio da celeridade processual ou da tempestividade da tutela jurisdicional mesmo já incluso no ordenamento jurídico brasileiro<sup>133</sup>, eis que a Constituição Federal consagra o direito de acesso à Justiça e com ele, também, a tempestividade e a efetividade desse acesso, foi acrescentado ao rol dos direitos fundamentais pela Emenda Constitucional n. 45/2004, adicionando o inciso LXXVIII ao artigo 5º<sup>134</sup>, cuja redação é:

LXXVIII – a todos, no âmbito judicial e administrativo, são assegurados a razoável duração do processo e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação.

Diz-se que já estava incluso, em face da atual interpretação da expressão “acesso à Justiça” como sendo o acesso à uma ordem jurídica justa e efetiva. Assim, a idéia de um prazo razoável para a solução do litígio é corolário necessário do devido processo legal.

Ademais, tal princípio já estava expresso no artigo 8º, 1, da Convenção Americana de Direitos Humanos, o conhecido Pacto de São José da Costa Rica<sup>135</sup>, promulgada pelo decreto n. 678 de 06/11/1992, que diz:

Artigo 8º - Garantias judiciais

1. Toda pessoa terá o direito de ser ouvida, com as devidas garantias e dentro de um prazo razoável, por um juiz ou Tribunal competente, independente e imparcial, estabelecido anteriormente por lei, na apuração de qualquer acusação penal formulada contra ela, ou na determinação de seus direitos e obrigações de caráter civil, trabalhista, fiscal ou de qualquer outra natureza.

Contudo, vê-se que a intenção do legislador é maior, com a inserção de tal princípio no rol dos direitos fundamentais ele demonstra a firme disposição em prover a função jurisdicional de meios adequados à pacificação social.

<sup>133</sup> CÂMARA, Alexandre Freitas. **Lições de direito processual civil**. 16. ed. Rio de Janeiro : Lúmen Júris, 2007. p. 62.

<sup>134</sup> Vade Mecum / obra coletiva da Editora Saraiva com a colaboração de Antônia Luiz de Toledo Pinto. *et al.* 3. ed. p. 10.

<sup>135</sup> *Idem. Ibidem*. CDRom.

Porém, como ensina Alexandre Freitas Câmara<sup>136</sup>, “a mera afirmação constitucional de que todos têm direito a um processo com duração razoável não resolve todos os problemas da morosidade processual, sendo necessária uma reforma estrutural no sistema judiciário brasileiro”.

Nesse mesmo caminho também é o magistério de Grinover<sup>137</sup>:

[...] esses meios devem ser inquestionavelmente oferecidos pelas leis processuais, de modo que a reforma infraconstitucional fica umbilicalmente ligada à constitucional, derivando de ordem expressa da Emenda n. 45/2004. Trata-se, portanto, de fazer com que a legislação processual ofereça soluções hábeis à desburocratização e simplificação do processo, para garantia da celeridade de sua tramitação.

Portando, todas as condutas que tenham a finalidade de retardar o resultado final do processo podem e devem ser punidas, por serem inconstitucionais, bem como, possibilitam a antecipação da tutela jurisdicional como sanção contra o réu que abusa do direito de defesa.

Desses princípios constitucionais derivaram os princípios informadores do micro sistema processual do juizado especial cível.

### 3.4 DOS PRINCÍPIOS INFORMADORES DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

O legislador, observando a envergadura das mudanças propostas pela Lei dos Juizados Especiais, inseriu em seu bojo os princípios que orientarão o micro sistema criado, visto que a norma somente não seria capaz de efetuar tais mudanças, então necessária a positivação de vários princípios que mais amplos e genéricos englobam mais situações fáticas do que a norma.<sup>138</sup>

---

<sup>136</sup> CÂMARA, Alexandre Freitas. **Lições de direito processual civil**. 16. ed. Rio de Janeiro : Lúmen Júris, 2007. p. 62.

<sup>137</sup> *Apud.* LENZA, Pedro. **Direito constitucional esquematizado**. 8. ed. São Paulo : Método, 2005. p. 507.

<sup>138</sup> CÂMARA, Alexandre Freitas. **Juizados especiais cíveis estaduais e federais – uma abordagem crítica**. 3. ed. Rio de Janeiro : Lúmen Júris, 2007. p. 10 e 11.

Ao analisar a Lei n. 9.099/95, nota-se, logo de início, a intenção do legislador em simplificar o procedimento na tentativa de acelerar ao máximo a prestação jurisdicional, visto que os princípios positivados são todos nesse sentido. É o que se verifica em seu artigo segundo<sup>139</sup>:

Art. 2º- O processo orientar-se-á pelos critérios da oralidade, simplicidade, informalidade, economia processual e celeridade, buscando, sempre que possível, a conciliação ou a transação.

Assim, toda a interpretação do micro sistema do juizado especial cível, para ser legítima, deverá ser feita considerando tais enunciados. Ou, em havendo conflito entre dois desses princípios, deverá incidir aquele que tutelar o interesse mais relevante<sup>140</sup>.

Sobre esses princípios informadores tratar-se-á, de forma individualizada e brevemente.

### 3.4.1 Princípios da Simplicidade e da Informalidade

Mesmo que a lei trate a simplicidade e a informalidade como conceitos distintos, na verdade se está diante de somente um princípio, qual seja, da deformalidade, que é a tendência do direito processual contemporâneo<sup>141</sup>.

Isso porque o escopo maior do processo deve sempre ser a solução do litígio, buscando incessantemente a pacificação social. Assim, não importa a forma adotada para a prática do ato processual, desde que este atinja a sua finalidade e não gere qualquer tipo de prejuízo ele sempre será válido<sup>142</sup>.

<sup>139</sup> Vade Mecum / obra coletiva da Editora Saraiva com a colaboração de Antônio Luiz de Toledo Pinto. *et al.* 3. ed. p. 1526.

<sup>140</sup> CÂMARA, Alexandre Freitas. **Juizados especiais cíveis estaduais e federais – uma abordagem crítica**. 3. ed. Rio de Janeiro : Lúmen Júris, 2007. p. 10 e 11.

<sup>141</sup> *Idem. Ibidem.* p. 12 e 13.

<sup>142</sup> GONÇALVES, Marcus Vinícius Rios. **Novo curso de direito processual civil**. vol 2. 2. ed. São Paulo : Saraiva, 2005. p. 438.

É o que dispõe expressamente o artigo 13, da Lei n. 9.099/95<sup>143</sup>:

Art. 13- Os atos processuais serão válidos sempre que preencherem as finalidades para as quais foram realizados, atendidos os critérios indicados no art. 2º desta Lei.

A principal característica da informalidade e, a mais criticada pode-se dizer, é a dispensa da participação de advogados em causas de valor de até vinte salários mínimos. Eis que o advogado é o profissional habilitado para atender ao formalismo necessário do procedimento comum e a faculdade em sua utilização demonstra a informalidade que vigora no juizado.

Por outro lado a informalidade é essencial para que o juizado atenda sua função social de aproximar o jurisdicionado da Justiça, eis que o formalismo assusta - pois tudo que não entendemos assusta, inibe - por isso mesmo deve ser afastada toda e qualquer formalidade exacerbada e, também, ser considerado válido todo e qualquer ato que atingir sua finalidade<sup>144</sup>.

Porém, tais princípios visam precipuamente a celeridade do processo, retirando do procedimento atos desnecessários à sua função, qual seja, a possibilidade do magistrado compor da lide, extirpando o conflito do meio social com justiça.

Uma das principais características desses princípios é a oralidade.

### 3.4.2 Princípio da Oralidade

Esse princípio não foi criado pela Lei n. 9.099/95, eis que a maioria dos doutrinadores o insere nos princípios gerais do processo civil. Mas, é no Juizado

---

<sup>143</sup> Vade Mecum / obra coletiva da Editora Saraiva com a colaboração de Antônia Luiz de Toledo Pinto. *et al.* 3. ed. p. 1527.

<sup>144</sup> CÂMARA, Alexandre Freitas. **Juizados especiais cíveis estaduais e federais – uma abordagem crítica**. 3. ed. Rio de Janeiro : Lúmen Júris, 2007. p. 20 e 21.

Especial que ele é observado com mais rigor, pois muitos dos atos são efetivamente orais<sup>145</sup>.

Contudo, os doutrinadores, também em sua maioria, afirmam que o princípio da oralidade não se refere a um procedimento oral, em sua forma pura, mas sim, um procedimento misto<sup>146</sup>, onde os atos e fases processuais são, geralmente, orais, reduzidos a termo somente os essenciais.

Ou, consoante ensina Câmara<sup>147</sup>:

Oralidade ou escritura dizem respeito à prevalência de uma forma sobre a outra. Quando se diz, portanto, que o processo dos Juizados Especiais Cíveis é um processo oral, está-se com isso querendo dizer que nesse processo a palavra falada prevalece sobre a escrita.

Para Dinamarco, Cintra e Grinover<sup>148</sup> o princípio da oralidade representa:

[...] um complexo de idéias e de caracteres que se traduzem em vários princípios distintos, ainda que intimamente ligados entre si, dando ao procedimento oral seu aspecto particular: os princípios da concentração, da imediação, da identidade física do juiz e da irrecorribilidade das decisões interlocutórias.

Entretanto, denota-se a vontade do legislador em acentuar ou revigorar esse princípio visando à simplificação e à celeridade dos processos, visto que é aplicado na apresentação do pedido inicial, no mandado ao advogado, na contestação, ou seja, todos os atos até a fase de execução dos julgados. São reduzidos à forma escrita apenas os atos essenciais. Isso, também, como forma de economia processual.

<sup>145</sup> GONÇALVES, Marcus Vinícius Rios. **Novo curso de direito processual civil**. vol. 2. 2. ed. São Paulo : Saraiva, 2005. p. 437

<sup>146</sup> CINTRA, Antônio Carlos de Araújo. *et al.* **Teoria geral do processo**. 20. ed. São Paulo : Malheiros, 2004. p. 325 e 326.

<sup>147</sup> CÂMARA, Alexandre Freitas. **Juizados especiais cíveis estaduais e federais – uma abordagem crítica**. 3. ed. Rio de Janeiro : Lúmen Júris, 2007. p. 12 e 13.

<sup>148</sup> CINTRA, Antônio Carlos de Araújo. *et al.* **Teoria geral do processo**. 20. ed. São Paulo : Malheiros, 2004. p. 325 e 326.



### 3.4.3 Princípio da Economia Processual

Também não é invenção do legislador de 1995, mas, com certeza, este o revigorou e o acentuou na Lei dos Juizados Especiais.

Esse princípio visa à obtenção do máximo de resultados com o mínimo de esforço. Ou seja, o desenrolar mais rápido possível com o mínimo de atos processuais possíveis, evitando-se incidentes que entrem o andamento do processo<sup>149</sup>.

Para Dinamarco, Cintra e Grinover<sup>150</sup> a economia processual representa-se pelo “máximo de resultado na atuação do direito com o mínimo emprego possível de atividades processuais”.

O princípio da economia processual pode ser observado nos juizado especial cível pela possibilidade de conversão da sessão de conciliação em audiência de instrução e julgamento, pela dispensa de elaboração de acórdão quando do julgamento do recurso, se este mantiver a sentença por seus próprios fundamentos, pela possibilidade de pedido contraposto, dentre outros<sup>151</sup>.

De todo modo, claro está que o processo deverá ser conduzido de forma a produzir o máximo de vantagem com o mínimo de dispêndio de tempo e energia.

Esse princípio está ligado ao da celeridade, visto que proporciona os meios necessários, em relação ao tempo, para que exista a tão esperada celeridade.

### 3.4.4 Princípio da Celeridade

Os princípios da informalidade, simplicidade e economia processual, livraram o juizado especial cível de atos que entravavam seu procedimento. Assim, ele encontra-se apto a cumprir sua função e principal desafio, a celeridade.

---

<sup>149</sup> CÂMARA, Alexandre Freitas. **Juizados especiais cíveis estaduais e federais – uma abordagem crítica**. 3. ed. Rio de Janeiro : Lúmen Júris, 2007. p. 22 e 23.

<sup>150</sup> CINTRA, Antônio Carlos de Araújo. *et al.* **Teoria geral do processo**. 20. ed. São Paulo : Malheiros, 2004. p. 72.

<sup>151</sup> CÂMARA, Alexandre Freitas. **Juizados especiais cíveis estaduais e federais – uma abordagem crítica**. 3. ed. Rio de Janeiro : Lúmen Júris, 2007. p. 22 e 23.

O princípio da celeridade pressupõe uma prestação jurisdicional sem delongas, contudo, sem abandonar a segurança jurídica<sup>152</sup>.

Esse princípio é visualizado em todo o texto da Lei, pois essa concentrou os atos nas audiências, vedou os incidentes processuais, a reconvenção, a intervenção de terceiros e a prova pericial, bem como diminuiu prazos<sup>153</sup>.

Por outro lado, o princípio da celeridade pressupõe racionalidade e vontade dos aplicadores do direito na condução do processo. Visto que não adianta ter um procedimento célere se as partes e o próprio juiz protelam os atos processuais.

Com a inserção, pelo legislador constituinte reformador, do inciso LXXVIII, no artigo 5º da Constituição da República<sup>154</sup>, esse princípio ganha novo impulso, eis que agora é garantia fundamental constitucional a razoável duração do processo administrativo e judicial.

Porém, como leciona Câmara<sup>155</sup>, a mera afirmação constitucional de que todos têm direito a um processo com duração razoável não resolve todos os problemas da morosidade processual.

Logo, é necessária uma reforma estrutural no sistema judiciário brasileiro e, no caso do juizado especial cível que já contam com um procedimento adequado à celeridade, a reforma deve acontecer nos operadores do direito para que aconteça uma extrema mudança de postura que possa apagar o estigma de morosidade do judiciário.

Assim, a interpretação do princípio da celeridade deve ser feita considerando-se a utilidade do processo, que, também, é garantia fundamental constitucional inclusa no inciso XXV, do artigo 5º<sup>156</sup>, 'a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito'.

---

<sup>152</sup> CARVALHO, Rodão de Oliveira, *et al.* **Juizados Especiais Cíveis e Criminais**. São Paulo : Editora de Direito, 1997. p. 33.

<sup>153</sup> CÂMARA, Alexandre Freitas. **Juizados especiais cíveis estaduais e federais – uma abordagem crítica**. 3. ed. Rio de Janeiro : Lúmen Júris, 2007. p. 23 e 24.

<sup>154</sup> Vade Mecum / obra coletiva da Editora Saraiva com a colaboração de Antônia Luiz de Toledo Pinto. *et al.* 3. ed. p. 10.

<sup>155</sup> CÂMARA, Alexandre Freitas. **Lições de direito processual civil**. 16. ed. Rio de Janeiro : Lúmen Júris, 2007. p. 62.

<sup>156</sup> Vade Mecum / obra coletiva da Editora Saraiva com a colaboração de Antônia Luiz de Toledo Pinto. *et al.* 3. ed. p. 09.

Em decorrência dessas garantias constitucionais, todas as condutas que tenham a finalidade de retardar o resultado final do processo podem e devem ser punidas, por serem inconstitucionais.

### 3.5 DA APLICAÇÃO SUBSIDIÁRIA DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL

A aplicação subsidiária decorre de uma necessidade lógica do ordenamento jurídico, eis que é praticamente impossível o legislador prever todas as situações possíveis.

Contudo, com a evolução do direito, a necessidade de normas complementares vem aumentando. Isso porque o direito evoluiu da era das codificações – período em que se tentava regular por inteiro todo um ramo do direito (em face dela temos os códigos de processo civil, código civil, código de processo penal, código penal etc.), à era dos estatutos – que são diplomas legislativos destinados a regular certo seguimento da vida em sociedade (estatuto das locações, estatuto da criança e do adolescente, estatuto das cidades, estatuto do idoso etc)<sup>157</sup>.

Assim, os códigos deixaram de ser o centro do sistema e passaram a ser subsidiários aos estatutos, eis que os estatutos não regulam a matéria processual em toda sua amplitude. É o caso do juizado especial cível, que trata das causas de menor complexidade.

A Lei n. 7.244/84 previa expressamente a aplicação subsidiária do Código de Processo Civil, o mesmo não aconteceu com a Lei n. 9.099/95, visto que não há dispositivo expreso permitindo a aplicação subsidiária do Código de Processo Civil.

Assim, a subsidiariedade decorre da interpretação sistemática da Lei n. 9.099/95.

---

<sup>157</sup> CÂMARA, Alexandre Freitas. **Juizados especiais cíveis estaduais e federais – uma abordagem crítica**. 3. ed. Rio de Janeiro : Lúmen Júris, 2007. p. 07.

Entretanto, subsidiário não pode ser entendido como suplementar. Subsidiário é aquilo que completa, complementa certo dispositivo. Entende-se por suplementar, por sua vez, tudo aquilo que não for contrário a certo dispositivo.

Por exemplo, a constituição<sup>158</sup> prevê a interposição de recurso extraordinário ao Supremo Tribunal Federal, nos casos que “a decisão contrariar dispositivo desta Constituição, declarar a inconstitucionalidade de tratado ou lei federal, ou julgar válida lei ou ato de governo local contestado em face desta Constituição”, sem, contudo, estabelecer o prazo que tal recurso possa ser interposto. Em tal situação deve-se aplicar, acessoriamente, o artigo 508 do Código de Processo Civil<sup>159</sup>, que assinala esse prazo.

Essa aplicação do Código do Processo Civil difere, por exemplo, do cabimento de recurso especial, vez que a Lei n. 9.099/95, nada tratou sobre o assunto, nem mesmo tem qualquer dispositivo negando a aceitação desse recurso. Mesmo assim é unânime, na doutrina e na jurisprudência, o não cabimento de recurso especial em processos do juizado especial cível.

É o mesmo caso para a antecipação da tutela, eis que não há previsão legal na lei especial e, também, não há qualquer dispositivo contrário a sua aplicação.

Contudo, denota-se que o Código de Processo Civil não pode ser subsidiário em algo que a Lei n. 9.099/95 não cogitou, pois, assim, ele seria suplementar. E, caso se adotasse a “suplementariedade” aplicar-se-iam todos os dispositivos do Código de Processo Civil que não fossem contrários à Lei n. 9.099/95 e isso, esta claro que não se aplica.

Portanto, pode-se concluir que a antecipação da tutela no juizado especial cível não pode ser concedida com base na subsidiariedade do Código de Processo Civil.

---

<sup>158</sup> Vade Mecum / obra coletiva da Editora Saraiva com a colaboração de Antônia Luiz de Toledo Pinto. *et al.* 3. ed. p. 38.

<sup>159</sup> *Idem. Ibidem.* p. 438.

## CONCLUSÃO

Do exposto acerca da antecipação da tutela no juizado especial cível, extraem-se as seguintes conclusões:

- A busca por uma prestação jurisdicional mais célere é e deve ser constante pela sociedade, pelos legisladores e pelos operadores do sistema.
- A adequação dos institutos processuais ou a concepção de novos institutos deve ser realizada sempre com a preocupação de fazer com que o processo tenha plena e total aderência à atual realidade sócio-jurídica, cumprindo sua primordial vocação que é a de servir de instrumento à efetiva realização dos direitos.
- O processo é instrumento para efetivação dos direitos e, como o principal escopo da jurisdição é promover o restabelecimento da ordem jurídica em consonância com os objetivos do Estado, mediante a eliminação do conflito de interesses que ameaça a paz social e, conseqüentemente, o próprio Estado; é primordial que existam respostas adequadas da função jurisdicional às diferentes espécies de afrontas aos direitos existentes.
- A demonstração de eficiência no exercício da jurisdição, com uma prestação jurisdicional célere e justa é condição *sine qua non* para que as expectativas da sociedade sejam atendidas. As tutelas jurisdicionais diferenciadas e as urgentes são os meios que o ordenamento jurídico brasileiro prevê para atender as expectativas da sociedade. Assim, há resposta adequada do Estado, ou seja, para casos

urgentes há tutelas jurisdicionais urgentes e para casos especiais há tutelas jurisdicionais diferenciadas.

- A tutela urgente surge como instrumento de eficácia da tutela definitiva. Existindo risco plausível de que a tutela jurisdicional possa se tornar ineficaz, ou o bem da vida corra iminente risco, nosso ordenamento jurídico possibilita que o magistrado, em cognição superficial ou sumária, antecipe ou promova medida para assegurar os efeitos da tutela definitiva, permitindo que o autor desfrute do bem da vida pleiteado, no processo de conhecimento.
- A antecipação da tutela pode ser concedida como proteção ao bem da vida, em caso de risco eminente ou como sanção processual, em caso de abuso do direito de defesa ou sobre a parte incontroversa do pedido.
- O principal escopo da antecipação da tutela é a distribuição do ônus do tempo do processo, que não pode ser suportado exclusivamente pelo autor, eis que ao conceder a antecipação, o réu passa a ter interesse na resolução do processo. Mas, também, tem a finalidade de desembaraçar a prestação jurisdicional, com base e efetivando o princípio constitucional da inafastabilidade da tutela jurisdicional.
- Visualiza-se que a antecipação da tutela somente alcançará seu desiderato com a mudança postura mental dos operadores do direito e não da legislação. É indispensável a consciência de que o processo não é mero instrumento técnico, mas um poderoso instrumento ético destinado a servir a sociedade e ao Estado.
- A ideologia do juizado especial cível é o acesso irrestrito à jurisdição, prestada de forma célere e desburocratizada. Sua criação garantiu o acesso ao poder judiciário de inúmeras causas de menor complexidade antes não ajuizadas.
- A função social do juizado especial cível é relevante, visto que sua implantação em locais estratégicos objetiva aproximar o cidadão do poder judiciário, a fim de facilitar o acesso físico. Tudo com vistas a atender o princípio constitucional do acesso à Justiça.

- Os princípios são normas de caráter geral que exprimem uma verdade jurídica universal, concorrendo para formar, num dado momento histórico, o tecido do ordenamento jurídico. Os princípios constitucionais são os fundamentos da ordem jurídica, consubstanciando-se em premissas maiores do ordenamento jurídico e irradiando-se por todo o sistema. Assim, toda a legislação infraconstitucional deve ser interpretada em consonância com os princípios constitucionais.
- A garantia constitucional do acesso à Justiça deve ser interpretada e aplicada de forma muito mais ampla do que o simples ajuizamento de ações, pois o escopo da jurisdição está amoldado aos objetivos da República e os objetivos da Jurisdição somente serão alcançados com solução dos conflitos rapidamente, com qualidade e eficácia, observando os princípios humanos e éticos em busca da pacificação e garantia da justiça social.
- É com base no acesso à uma ordem jurídica justa que as posições jurídicas de vantagem devem ser tuteladas em toda sua extensão. Devendo, o resultado do processo, assegurar exatamente o que a parte faz jus, segundo o ordenamento vigente. Isso se faz necessário não somente pelo direito subjetivo das partes, mas, sobretudo, salvaguardam a própria jurisdição.
- Em face da garantia constitucional de uma tutela jurisdicional tempestiva, todas as condutas que tenham a finalidade de retardar o resultado final do processo podem e devem ser punidas, bem como, possibilitam a antecipação da tutela jurisdicional como sanção contra o réu que abusa do direito de defesa.
- A informalidade é essencial para que o Juizado atenda sua função social de aproximar o jurisdicionado da Justiça, eis que o formalismo assusta. A oralidade representa um conjunto de idéias que visam à simplificação e à celeridade do procedimento com a concentração dos atos nas audiências e a vedação de recurso das decisões interlocutórias e com o mínimo de dispêndio de tempo e energia. O juizado especial cível tem procedimento adequado à celeridade e a justa prestação jurisdicional, deve-se, então, acontecer uma revolução na postura dos operadores do direito para que se possa apagar o estigma de morosidade do judiciário.

- Com a evolução dos ordenamentos jurídicos os códigos deixaram de ser o centro do sistema e passaram a ser subsidiários aos estatutos, contudo subsidiário não pode ser entendido como suplementar. A subsidiariedade do Código de Processo Civil, em relação à Lei n. 9.099/95, decorre da interpretação sistemática da Lei.
- A antecipação da tutela no juizado especial cível não é possível com base na subsidiariedade, eis que a Lei Especial silenciou sobre o instituto. Qualquer interpretação diferente levará a um entendimento de que o código de processo civil é suplementar, podendo ser livremente aplicado no procedimento da Lei n. 9.099/95, desde que não contrário a ela.
- Entretanto, analisando-se os princípios constitucionais do processo e os princípios informadores do micro sistema especial, conclui-se que é possível a antecipação da tutela no juizado especial cível se baseada em princípios maiores, como a tempestividade da prestação jurisdicional e a moderna interpretação da garantia do acesso à uma ordem jurídica justa.



## REFERÊNCIAS

ALVIM, Arruda. **Manual de direito processual civil**. 8. ed. Vol. 2. São Paulo : Editora Revista dos Tribunais, 2003.

ALVIM, José Eduardo Carreira. **Elementos de teoria geral do processo**. Rio de Joaneiro : Forense, 1998.

ASSIS, Araken de. **Execução civil nos juizados especiais**. 3. ed. São Paulo : Revista dos Tribunais, 2002.

BARROSO. Luís Roberto. **O direito constitucional e a efetividade de suas normas**. 7. ed. Rio de Janeiro : Renovar, 2003.

\_\_\_\_\_. **Interpretação e aplicação da Constituição: fundamentos de uma dogmática constitucional transformadora**. 5. ed. São Paulo : Saraiva, 2003.

BASTOS, Márcio Thomaz. **Os Juizados Especiais- Estudo**. Ministério da Justiça. Distrito Dederal : Articor Gráfica e Editora Ltda, 2006.

BONIVADES, Paulo. **Curso de direito constitucional**. 17. ed. São Paulo : Malheiros, 2004.

CÂMARA, Alexandre Freitas. **Juizados especiais cíveis estaduais e federais – uma abordagem crítica**. 3. ed. Rio de Janeiro : Lúmen Júris, 2007.

\_\_\_\_\_. **Lições de direito processual civil**. 16. ed. Rio de Janeiro : Lúmen Júris, 2007.

CANOTILHO, José Joaquim Gomes. **Curso de Direito Constitucional e Teoria da Constituição**. 6. ed. Coimbra : 1993.

CARNEIRO, Paulo Cezar Pinheiro. **Acesso à Justiça: juizados especiais cíveis e a ação civil pública: uma nova sistematização da teoria geral do processo**. Rio de Janeiro : Forense, 2003.

CARVALHO, Rodão de Oliveira, *et al.* **Juizados especiais cíveis e criminais**. São Paulo : Editora de Direito, 1997.

CINTRA, Antônio Carlos de Araújo. *et al.* **Teoria geral do processo**. 20. ed. São Paulo : Malheiros, 2004.

DINAMARCO, Cândido Rangel. **A instrumentalidade do processo**. 3. ed. São Paulo : Malheiros, 1993.

\_\_\_\_\_. **Instituições de direito processual civil**. Vol. I. 1. ed. São Paulo : Malheiros, 2004.

\_\_\_\_\_. **Nova era do processo civil**. 1. ed. São Paulo : Malheiros, 2004.

FRANÇA, Fernando Luiz. **A antecipação de tutela ex officio**. Belo Horizonte : mandamentos, 2003.

FRIEDE, Roy Reis. **Liminares em tutela cautelar e tutela antecipada**. Rio de Janeiro : Destaque, 1996.

FUX, Luiz. **A ideologia dos juizados especiais**. Revista de processo, São Paulo, abr./jun. 1997, vol. 22, n. 86, p. 204-214.

\_\_\_\_\_. **Juizados especiais: um sonho de justiça**. Revista de Processo, São Paulo, abr./jun. 1998, v. 23, n.90, p. 151-158.

GONÇALVES, Marcus Vinícius Rios. **Novo curso de direito processual civil**. 2. ed. Vol. 1. São Paulo : Saraiva, 2005.

\_\_\_\_\_. **Novo curso de direito processual civil**. 2. ed. Vol. 2. São Paulo : Saraiva, 2005.

\_\_\_\_\_. **Processo de Execução e Cautelar**. Vol. 12. São Paulo : Saraiva, 2006.

GRECO FILHO, Vicente. **Direito Processual Civil Brasileiro**. Vol. 3. 18. ed. São Paulo : Saraiva, 2006.

\_\_\_\_\_. **Direito Processual Civil Brasileiro**, Vol. 1. 18. ed. São Paulo : Saraiva, 2006.

GRINOVER, Ada Pellegrini. *et al.* **Código de Defesa do consumidor: comentado pelos autores do ante-projeto**. 3. ed. Rio de Janeiro : Forense Universitária, 2004.

<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L8952.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8952.htm)> Acessado em 19 de fevereiro de 2008.

JUNKES, Maria Bernadete / SANTOS, Maria Lindomar dos. **Trabalhos Acadêmicos : A facilidade em desenvolvê-los**. Rolim de Moura-RO : D'press Editora & Gráfica, 2007.

LENZA, Pedro. **Direito constitucional esquematizado**. 8. ed. São Paulo : Método, 2005.

MACHADO, Antônio Cláudio da Costa. **Código de processo civil interpretado**. 3. ed. São Paulo : Manole, 2006.

MARINONI, Luiz Guilherme. **Manual do processo de conhecimento**. 3. ed. São Paulo : Revista dos Tribunais, 2004.

\_\_\_\_\_. **Da ação abstrata e uniforme à ação adequada à tutela dos direitos**. Disponível em: <[http://bdjur.stj.gov.br/dspace/bitstream/2011/2244/1/Da\\_A%C3%A7%C3%A3o\\_Abstrata\\_e\\_Uniforme.pdf](http://bdjur.stj.gov.br/dspace/bitstream/2011/2244/1/Da_A%C3%A7%C3%A3o_Abstrata_e_Uniforme.pdf)>. Acessado em 01/06/2007.

\_\_\_\_\_. **Tutela cautelar e tutela antecipatória**. São Paulo : Revista dos Tribunais, 1992.

\_\_\_\_\_. **Novas linhas do processo civil**. 4. ed. São Paulo : Malheiros, 2000.

MARQUES, José Frederico. **Manual de direito processual civil**. 9. ed. Vol. I. São Paulo : Millennium Editora, 2003.

\_\_\_\_\_. **Manual de direito processual civil**. Vol. II. 9. ed. São Paulo : Millennium Editora, 2003.

MESQUITA, Eduardo Melo de. **As tutelas cautelar e antecipada**. Coleção estudos de direito de processo Enrico Tullio Liebmann. São Paulo : Editora Revista dos Tribunais, 2002.

MORAES, Alexandre de. **Direito Constitucional**. 15. ed. São Paulo : Atlas, 2004.

NEGRÃO, Theotonio. **Código de processo civil e legislação processual em vigor**. 29. ed. São Paulo : Saraiva, 1998.

REALE, Miguel. **Lições preliminares do direito**. 25. ed. São Paulo: Saraiva, 2001.

SANTOS, Maria Ferreira dos. Juizados **especiais cíveis e criminais : federais e estaduais**, tomo II. 4. ed. São Paulo : Saraiva, 2006.

SANTOS, Ernani Fidélis dos. **Manual de direito processual civil**. Vol. 1. 12. ed. Saraiva, 2007.

SILVA, José Afonso da. **Curso de direito constitucional positivo**. 26. ed. São Paulo : Malheiros, 2005.

SILVA, Olívio Araújo Batista da. **Juizado de pequenas causas**. RT/Fasc. 1-cível. Ano 74. v. 598. Ago/85.

\_\_\_\_\_. **Curso de direito processual civil: processo de conhecimento**. Vol. I. 2. ed. São Paulo : Revista dos Tribunais, 1998.

\_\_\_\_\_. **Curso de direito processual civil: processo cautelar**. Vol. III. 2. ed. São Paulo : Revista dos Tribunais, 1998.

TEIXEIRA FILHO, Manoel Antônio. **Cadernos de processo civil : processo cautelar, medidas cautelares específicas**. 29. ed. São Paulo : LTR, 2000.

THEODORO JÚNIOR, Humberto. **Curso de direito processual civil**. Vol. II. 40. ed. Rio de Janeiro : Forense, 2007.

\_\_\_\_\_. **Curso de processual civil – processo de execução e cumprimento de sentença, processo cautelar e tutela de urgência**. Rio de Janeiro : Forense, 2007.

WATANABE, Kazuo. **Da cognição no processo civil**. 2. ed. Campinas : Bookseller, 2000.

\_\_\_\_\_. **Os Juizados Especiais- Estudo**. Ministério da Justiça. Distrito Federal : Articor Gráfica e Editora Ltda, 2006.

VARGAS, João Protásio Farias Domingues de. **As inovações dos Juizados Especiais Cíveis**. disponível em: <http://www.direito.ufrgs.br/pessoais/Protasio/tex/inova.htm#int#int>> Acessado dia 11/11/2007, 15h31.

Vade Mecum / obra coletiva da Editora Saraiva com a colaboração de Antônio Luiz de Toledo Pinto. *et al.* 3. ed. São Paulo : Saraiva, 2007.